

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO
CARLOS NOME DO CENTRO OU
INSTITUTO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

Victor Fontolan Procópio

Do verde ao verde e amarelo
O que os intelectuais integralistas podem ensinar sobre os intelectuais da Nova
Direita

Monografia

São Carlos
2023

Victor Fontolan Procópio

Do verde ao verde e amarelo

O que os intelectuais integralistas podem ensinar sobre os intelectuais da Nova Direita

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências Sociais,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais

Local, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Thales Haddad)
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

Agradecimentos

Agradeço aos meus professores e colegas por me ajudarem a desenvolver este trabalho, e principalmente aos meus pais por me possibilitarem chegar aonde cheguei.

Eu vejo o futuro repetir o passado

Eu vejo um museu de grandes novidades

(Cazuza)

Resumo

A recente onda autoritária de extrema-direita no Brasil, representada principalmente pela chegada de alguns setores da Nova Direita ao poder, não é algo necessariamente novo na história Brasileira. Visto que mesmo antes da ditadura militar houvera um movimento de massas com cunho de extrema-direita e antidemocrático denominado de Ação Integralista Brasileira e assim como os movimentos recentes também se espalhou pela sociedade através de seus intelectuais que estavam em locais estratégicos na sociedade. Portanto, a pergunta de pesquisa: “O que os intelectuais integralistas podem ensinar sobre os intelectuais da Nova Direita?” torna-se incontornável neste trabalho. O objetivo proposto, é analisar os discursos e argumentos em obras selecionadas de cinco intelectuais, sendo três da Ação Integralista Brasileira (Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale) e dois da Nova Direita (Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino). O objeto de estudo a ser trabalhado será as relações entre os intelectuais de ambos os movimentos. E para tais análises será usado a abordagem qualitativa em seus métodos, a fim de analisar suas semelhanças e dissidências

Palavras-chave: Integralismo; Nova Direita; Extrema-Direita; Autoritarismo

Abstract

The newest far-right authoritarian wave in Brazil, represented primarily by the coming of some sectors of the New Right reaching power, is not necessarily something new in Brazilian history. Considering it is that even before the military dictatorship, it had been a mass movement that had a far-right nature and an undemocratic point of view named Ação Integralista Brasileira, and just as recent movements it also spread to society through its intellectuals located in strategic places in society. Thus, the research question: "What the Brazilian integralist intellectuals can teach us about the intellectuals of the New Right?" becomes indispensable. The intended purpose is to analyze the arguments and discourses in selected works of five intellectuals, three of Brazilian Integralism (Plínio Salgado, Gustavo Barroso, and Miguel Reale) and two of the New Right (Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino). The object of study to be analyzed will be the relations between the intellectuals of both movements. For that analysis, it will use the qualitative approach to its methods to analyze its similarities and dissidence.

Key words: Brazilian Integralism; New Right; Far-Right; Authoritarianism

Sumário

1. Introdução	1
2. Metodologia	4
3. Intelectuais do Integralismo	6
3.1. Contexto	10
3.2. O Integralismo	10
3.3. Autores	16
3.3.1 Plínio Salgado	16
3.3.1.1. A Quarta Humanidade	18
3.3.2. Gustavo Barroso	23
3.3.2.1 O integralismo em Marcha	24
3.3.3. Miguel Reale	29
3.3.3.1. O Estado Moderno: Liberalismo – Fascismo – Integralismo	30
4. Intelectuais da Nova Direita	38
4.1. Contexto	38
4.2. A Nova Direita	43
4.3. Autores	46
4.3.1. Olavo de Carvalho	47
4.3.1.1. O Imbecil Coletivo – Atualidades Inculturais Brasileiras	50
4.3.2. Rodrigo Constantino	55
4.3.2.1. Contra a Maré Vermelha – Um Liberal Sem Medo de Patrulha	56
5. Conclusão	62
6.	69

1. Introdução

Na década de 2010 houve um ressurgimento dos movimentos de extrema-direita em todo o mundo, com neofascistas no parlamento italiano, neonazistas no alemão, uma guinada do nacionalismo na Escandinávia, o trumpismo, o *Brexit* e regimes de cunho autoritário já em formação na Turquia e no Leste Europeu (Brown, 2019) e obviamente também no Brasil, que levou ao fatídico 8 de janeiro de 2023¹, em que centenas de pessoas invadiram a Praça dos Três Poderes e realizaram dezenas de atos violentos e de degradação de patrimônio público.

Entretanto, seria um erro ingênuo acreditar que tais movimentos autoritários de cunho antidemocrático constituem algo completamente novo em nossa história. Pelo contrário, o Brasil tem uma longa história com eles, e que resultou não apenas em golpes de Estado, mas também em dois longos períodos ditatoriais. Portanto, não é surpreendente que no Brasil tenha existido o maior partido fascista fora da Europa (Doria, 2019) e que não apenas chegara a contar com a simpatia e apoio de muitos membros do governo na época, como também tentara tomar o poder a força no que ficara conhecida como “Intentona Integralista”.

Evidentemente houve outros movimentos autoritários para além da Ação Integralista Brasileira, como fora o caso do próprio Estado Novo, que era contemporâneo a Plínio e seus seguidores, sendo oficialmente decretado em 1937 ou mesmo a Ditadura Militar que se iniciara com o Golpe de 1964. Mas para além destes houve muitos outros, que seria necessário muito mais que as poucas páginas deste trabalho para explicá-los de forma eficiente.

Os objetivos aos quais esse trabalho se propõe se baseiam em uma análise e um entendimento de alguns intelectuais e líderes ideológicos do integralismo e da Nova Direita, analisando suas características peculiares e as que eram próprias de seu período de existência e também fazer uma comparação, a fim de determinar quais dessas características se interseccionam.

A Nova Direita, além de também ter participado de uma tentativa de Golpe de Estado no Já citado 8 de janeiro de 2023, possui uma aparentemente semelhança com a Ação Integralista Brasileira, principalmente por seu caráter autoritário e sua

¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>

órbita ao redor de líderes carismáticos, que muitas vezes funcionam como uma espécie de “messias” que se encarregaria de resolver todos os problemas do país com soluções radicais. Para os Integralistas essa figura era Plínio Salgado, para os movimentos autoritários de extrema-direita atuais, que estamos chamando de Nova Direita, não é exatamente claro quem seria esse novo líder. Alguns, como Pedro Dória (2020) traçam paralelos entre a figura de Plínio com a de Bolsonaro e do Bolsonarismo (movimento de extrema-direita, que orbita Jair Bolsonaro). Porém, para além da discussão, sobre quem é e quem não é o líder carismático do movimento, é preciso analisar se tais semelhanças são mais do que aparentes ou se são apenas semelhanças típicas de movimentos autoritários, não importando seu posicionamento político.

Esses movimentos não surgiram rapidamente, e tampouco apareceram magicamente na mente de dezenas de pessoas concomitantemente, levando-as as ruas em uma tentativa de levar seu ideal para uma hegemonia política. Para cada um desses movimentos houvera diversos escritores, jornalistas, juristas e muitos outros profissionais que assumiram o papel de intelectuais e de ideólogos a fim de construir suas bases ideológicas, políticas, econômicas e filosóficas.

Portanto, o problema de pesquisa que este trabalho pretende estudar é quais seriam as semelhanças e dissidências entre os intelectuais e ideólogos integralistas e os da Nova Direita.

Para realizar tal empreitada torna-se necessário a leitura e análise das bibliografias dos autores de cada um dos movimentos, a fim de analisar suas peculiaridades e equivalências, considerando o período de escrita de cada um de seus textos, considerando que a Ação Integralista Brasileira fora o primeiro movimento de extrema-direita no Brasil enquanto a Nova Direita é o mais recente, tornando inevitável a análise de intelectuais de épocas distintas.

O termo “intelectual” não possui um único entendimento, pelo contrário, possui um caráter polissêmico e até mesmo pejorativo dependendo do autor que está sendo tratado. Porém, para os fins desse trabalho, nos utilizaremos do entendimento que o Marxista Italiano Antonio Gramsci tem dos intelectuais.

Segundo Gramsci (2001), todos os indivíduos são intelectuais, porém, apenas alguns poucos exerceriam de fato a função do intelectual, portanto, os intelectuais não

seriam uma “elite” dentro dos grupos sociais, mas uma decorrência deles. Toda classe social que surge cria para si organicamente uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe darão sua homogeneidade e a consciência de sua própria razão de existência, não se limitando apenas ao campo econômico, mas também ao político e social (Gramsci, 2001). É importante ressaltar que os intelectuais que nascem com as classes social são especificações das atividades iniciais desses novos grupos. Para fins de simplificação, pode-se dizer que os intelectuais são aqueles que criam as bases ideológicas para as classes.

Gramsci, para além das subjetividades que inevitavelmente surgem quando se discute termos tão abstratos quanto intelectuais, delimita quatro tipos de intelectuais e suas características: o orgânico, o tradicional, o cosmopolita e o nacional popular. Ainda que todos tenham sua devida importância, nos concentraremos apenas nos dois primeiros.

O intelectual orgânico é aquele que está diretamente ligado à classe social que o pariu, este pode tanto assumir uma função filosófica/científica quanto técnica, como demonstra o autor em seu exemplo dos intelectuais surgidos da classe empresarial: “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (Gramsci, 2001, p.9). Logo, os cientistas de economia política e os técnicos de indústria seriam os intelectuais orgânicos da classe empresarial.

Os intelectuais tradicionais seriam aqueles que não estariam necessariamente ligados a nenhuma classe da sociedade, sendo (ou ao menos acreditando ser) independentes da classe social dominante na sociedade. E como nota Reis:

“E aqui, pode-se pensar mais uma vez o clero que sobreviveu às revoluções burguesas, mas sem suas fundamentações de classe. Em outras palavras, ao sair da Idade Média e entrar no Capitalismo, a categoria dos eclesiásticos, deixou de ser representante “orgânica” de sua classe específica, ou seja, a nobreza feudal. Assim, o padre que foi um dos principais “intelectuais orgânicos” da aristocracia, na Era capitalista, passou a desempenhar uma atividade “tradicional”.” (Reis, 2020, p.80)

Considerando esta breve explanação da visão de Gramsci dos intelectuais, começa-se a esboçar um entendimento dos motivos pelos quais, Plínio Salgado e Olavo de Carvalho possuem tamanho interesse nos intelectuais. Salgado considerava

os intelectuais de suma importância para a prosperidade do projeto Integralista, uma vez que estes serviriam tanto como membros da “Elite Dirigente” quanto doutrinadores que direcionariam seus esforços a um convencimento das massas. Para Carvalho a situação tem uma relativa mudança, dado que ainda que também dedicasse sua parcela de importância aos intelectuais e querendo formar uma “elite cultural” no Brasil (Prado, 2021), traçava uma série de críticas aos intelectuais brasileiros, fazendo-lhes uma série de acusações que iam desde uma suposta incompetência até que estariam em sua grande maioria doutrinados pelo gramscismo cultural.

Portanto, torna-se incontornável o estudo dos intelectuais, caso se queira ter um entendimento de cada um dos movimentos aqui discutidos. Mesmo que ambos os movimentos tenham chegado em vias de uma tentativa de tomada do poder, isto não poderia ser sustentado sem a base ideológica de seus intelectuais orgânicos.

Serão discutidos neste trabalho cinco intelectuais, sendo estes três pertencendo ao Integralismo, visto que o movimento inicialmente possuía três lideranças ideológicas e intelectuais, sendo elas Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, que desenharam os alicerces cujos quais sustentariam o movimento, fazendo com que mesmo seus descendentes do Neointegralismo agissem dentro de tais delimitações. No que se refere à Nova Direita analisaremos dois intelectuais sendo, Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, dois intelectuais que ainda que não sejam os únicos a pensarem suas bases ideológicas, foram de extrema importância para a sua divulgação e mesmo consolidação de suas bases teóricas.

2. Metodologia

Para o cumprimento dos objetivos aos quais este trabalho se propõe, a metodologia escolhida será de abordagem qualitativa – mais especificamente a pesquisa bibliográfica – e classificação indutiva. A justificação para essas escolhas se baseia na própria definição dos objetivos aqui propostos no parágrafo anterior: a análise dos intelectuais do Ação Integralista Brasileira e da Nova Direita, a fim de traçar paralelos e dissidências dentre estes. Nosso objetivo final é determinar se houve uma influência do primeiro grupo de extrema-direita em território nacional e o mais recente movimento convencionado a chamar de Nova Direita. A escolha da pesquisa qualitativa é decorrente das análises a serem feitas, em que são necessários

interpretações tanto de relações políticas quanto de relações humanas e os significados que estas trazem. A classificação indutiva decorre da necessidade de observação diante das características destes movimentos, a fim de verificar se existem correlações e dissidências entre eles.

Considerando a abordagem teórica do tema proposto, por se tratar de autores já conhecidos como Plínio Salgado, Miguel Reale e mesmo Olavo de Carvalho, foram utilizados principalmente bibliotecas comunitárias, repositórios digitais e livros físicos, tanto de autores pertencentes aos movimentos discutidos aqui, quanto de autores que apenas os discutem, como o caso de Pedro Dória.

Para cumprir as análises necessárias para atingir nossos objetivos, o trabalho se dividirá em três capítulos principais:

- As lideranças intelectuais e ideológicas da Ação Integralista Brasileira: trazendo uma análise do contexto e do que fora o movimento, a biografia dos autores aqui estudados e análise dos pensamentos contidos em obras específicas de cada um deles.
- As lideranças intelectuais e ideológicas da Nova Direita: também trazendo uma análise de seu contexto e as biografias dos autores, e por fim uma análise dos pensamentos destes a partir de obras específicas.
- Conclusão: uma análise das dissidências e semelhanças em cada um dos movimentos, a fim de determinar as relações entre eles.

Para o primeiro capítulo nos basearemos nos livros de Pedro Dória (2020) e de Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020). Ambos os livros analisam o contexto de surgimento da Ação Integralista Brasileira, passando rapidamente por cada um de seus líderes, a fundação do movimento, sua curta vida e finalmente a derrocada do movimento diante do fracasso de sua tentativa de golpe.

No que se refere ao capítulo da Nova Direita será usado majoritariamente o artigo de Chaloub e Perlatto (2016), que além de demonstrarem os mais diversos argumentos utilizados pela Nova Direita, que revelam muitas de suas características essenciais, também classificam o movimento em dois grupos: a direita teórica e a direita militante. Para o cumprimento dos objetivos, será escolhido um representante de cada um dos grupos.

E finalmente, para a conclusão será utilizado ambos os métodos, tanto no levantamento das características dos movimentos, quanto na análise de suas diferenças e principalmente semelhanças, a fim de entender se estas estão relacionadas.

3. Lideranças Intelectuais e Ideológicas do Integralismo

3.1 Contexto

Antes de adentrar nas lideranças intelectuais e ideológicas do movimento integralista, é necessário destacar em que contexto tal movimento foi idealizado, criado e possibilitado de fincar suas raízes a ponto de ser o movimento autoritário com a maior quantidade de filiados fora da Europa, tendo aproximadamente 1 milhão de participantes em seu período de maior destaque (Doria, 2020, p.11).

O Integralismo, assim como muitos dos movimentos autoritários do período, surgiu diante do momento caótico que o mundo presenciava. Começando por ordem de gravidade: a Primeira Guerra Mundial não apenas deixou a economia europeia destruída, mas a quebrou ideologicamente também. As democracias liberais, que previamente eram percebidas sob uma lente positiva, passaram a ser questionadas e legadas à culpa pela crise econômica na qual se encontravam. Esses questionamentos não tardaram a originar movimentos autoritários, sendo apenas alguns exemplos: o Fascismo Italiano (1922), o Nacional Socialismo Alemão (1936), o Salazarismo em Portugal (1933), o Franquismo na Espanha (1936) e o Socialismo na Rússia (1918). Com a Quebra da Bolsa de Nova York em 29, houve uma piora na situação do continente, aprofundando ainda mais as crises econômicas nos países e fazendo com que a culpa recaísse sobre o regime liberal-democrático, agravando os questionamentos em relação a ele.

O Brasil não estava alheio a essas duas crises, visto que ele também passava por elas, ainda que por motivos razoavelmente distintos. A crise econômica pela qual o Brasil passava fora influenciada tanto pela Queda da Bolsa, quanto pela sua dependência da exportação do café. Essa dependência (até 1924) fazia com que o

Estado tivesse de se envolver economicamente, comprando as sacas de café com o objetivo de diminuir a oferta no mercado externo e as revender em um período mais favorável. A partir de 24, tal intervenção se torna indireta, com a criação do Instituto do Café, este fazia com que a entrega para o mercado externo fosse regulada, e a sacas ficassem com os produtores. (Fausto, 1970). Entretanto, é importante destacar que essa intervenção do Estado do mercado, com objetivo de valorização do café, era algo artificial e não poderia ser feita pelo Estado Brasileiro sem a ajuda do capital externo, que foi um dos maiores beneficiados por essa política. A relação da burguesia cafeeira com os grupos financeiros internacionais (e com o próprio Estado) ocorria de uma forma que a deixava essa estrutura econômica indefesa frente a eventuais crises no mercado externo. E essa crise veio em 29, fazendo com que esses investimentos estrangeiros cessassem.

A hiper valorização da cultura cafeeira fazia com que o Estado não prestasse a devida atenção à indústria. As condições da industrialização brasileira impediram o surgimento de uma burguesia industrial que tivesse uma importância econômica forte o suficiente que pudesse enfrentar o grupo dos cafeicultores (Fausto, 1970). A indústria brasileira aconteceu a partir de processos econômicos que, mesmo ocorrendo em uma escala nacional, não obedeciam a um desenvolvimento contínuo, isso é, havia períodos e locais específicos de industrialização, que dependiam tanto da obtenção de bens de produção, advindos principalmente a partir da exportação do café e de momentos de uma diminuição da vinda de mercadorias vindas do exterior, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial. Além da óbvia baixa industrialização que essas condições traziam, elas também impediram o surgimento de uma burguesia industrial propriamente dita.

O questionamento da democracia liberal era um tanto mais complexo, visto que o sistema federativo vigente no país favorecia o surgimento e a manutenção de oligarquias estaduais, e dentre estas apenas duas se revezavam na presidência do país: São Paulo e Minas Gerais, sendo estes os dois maiores produtores de café. Esse contexto impediu a formação de partidos representativos de correntes nacionais de opinião (Fausto, 1970), uma vez que os partidos que surgiam acabavam por orbitar esse sistema de oligarquias. E mesmo o Brasil sendo uma democracia liberal, essa democracia acabava por ser muito mais uma formalidade do que uma prática de fato, considerando que qualquer tentativa de uma representação popular de fato era

inviabilizada pelo voto não ser secreto, a falsificação de eleições e um procedimento chamado de terceiro escrutínio em que os deputados e senadores cujos mandatos que tivessem seus mandatos questionados, eram submetidos ao reconhecimento de poderes pela respectiva Casa do Congresso.(Fausto,1970). Todavia, não se pode considerar que o regime federativo somado à presença de oligarquias pressuponha um Estado fraco. Uma das principais consequências desse sistema era justamente uma dispersão econômica, portanto, o único meio de integração nacional era o Estado, que servia como uma espécie de “oficializador” dos interesses cafeeiros como sendo os interesses do país.

Naturalmente esse regime era questionado já há algum tempo, como foi o caso das diversas revoltas tenentistas do período. E como agravante à tal questionamento, aconteceu a Revolução de 1930, em que ocorreu um impedimento da posse do então presidente eleito nas eleições de março do mesmo ano, Júlio Prestes (um candidato paulista, assim como Washington Luís), e tendo como consequência o surgimento de um Governo Provisório, encabeçado por Getúlio Vargas.

Pode-se dizer que a Revolução de 1930 foi ocasionada por dois fatores (além do desentendimento entre as oligarquias de São Paulo e de Minas): o primeiro é um enfraquecimento do Estado perante os cafeicultores, como Boris Fausto enfatiza: “(a crise) ela golpeia o governo, ao produzir o desencontro entre o Estado, como representante político da burguesia cafeeira, e os interesses imediatos da classe”; e à levada dos questionamentos em relação ao sistema vigente até a últimas instância. Esses questionamentos deixaram de se limitar a um meio intelectual e ideológico e atingiram um meio físico. E mesmo que já tivessem ocorrido outros levantes, como é o caso das já citadas Revoltas Tenentistas ocorridas a partir de 1922, entretanto, o que muda aqui é a abrangência.

O grupo que se reuniu contra as Oligarquias, a chamada Aliança Liberal, não era um partido político propriamente dito, mas um aglomerado de segmentos de diversos grupos da sociedade brasileira: da classe média, da burguesia não cafeeira e do setor militar tenentista (Fausto, 1970). Entretanto, ainda que tal grupo fosse formado pelos segmentos que estavam sendo prejudicados por esse sistema de oligarquias cafeeiras, não se pode dizer que eles eram um grupo revolucionário propriamente dito, mas sim um instrumento de pressão (Fausto, 1970).

Essa pluralidade de segmentos, colocada juntamente ao pensamento não revolucionário da Aliança e à ausência de uma oposição de classes em seu seio, fazia com que a Aliança fosse um grupo pouco coeso. As suas reivindicações econômicas iam aos dois extremos: propunham tanto uma industrialização (o que não significava necessariamente a defesa de uma ideologia de industrialização) quanto a valorização de outros produtos não ligados ao café, mas também voltados ao mercado externo.

A Revolução é então iniciada no dia 3 de outubro de 1930. Com o enfraquecimento do governo diante dos cafeicultores, os militares aliados conseguiram com uma certa facilidade diversos pontos importantes do país, como é o caso do Rio Grande do Sul, que já era um aliado importante da aliança; Belo Horizonte; Pernambuco e São Paulo. Com exceção do último, todos esses pontos foram derrotados em poucos dias.

No dia 24 de outubro de 1930, Washington Luís (que ainda exercia o cargo de presidente), foi deposto. E Getúlio Vargas foi posteriormente colocado, como chefe desse Governo Provisório, que desembocaria mais tarde na ditadura do Estado Novo.

Entretanto, os problemas do Brasil não era apenas as crises políticas e econômicas, além destas houve também o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, apoiado principalmente no crescimento dos trabalhadores das fábricas; o medo do comunismo que passara a se espalhar pelo mundo após a Revolução Russa de 1918 finalmente chegara em terras brasileiras (o que possivelmente facilitou a aceitação do Integralismo, visto que esses se colocavam como Anticomunistas); e por fim, um nacionalismo crescente que se via representado principalmente nos movimentos culturais que surgiam no período, como o movimento modernista e a Semana de 22. O nacionalismo nesses dois movimentos se baseava em dois fronts distintos: de um lado havia um nacionalismo mais cosmopolita, que ainda que desprezasse o que vinha da Europa, também se inspirava nelas; e um nacionalismo menos cosmopolita, que se via muito mais em uma idealização e romantização do sertanejo e da ruralidade do Brasil. É desse segundo grupo que o futuro Chefe Nacional sai.

O Integralismo pode ser entendido como o resultado das consequências de todos esses fatores quando colocadas dentro do mesmo caldeirão. Sob, essa ótica: os movimentos fascistas europeus serviram como precursores e possivelmente como

inspiração para o movimento, que somado ao questionamento do já decadente sistema presidencialista da Primeira República que levava à Revolução de 30; ao nacionalismo crescente; à crise econômica gerada pela queda da bolsa em 29 e pela dependência do café; e de ausência de uma industrialização em larga escala, gerou a base necessária para as pessoas se juntarem a um movimento que se colocava contra tudo e contra todos e que prometia um líder para liderá-los e protegê-los diante da insegurança do período.

3.2 O Integralismo

A Ação Integralista Brasileira (AIB) ou simplesmente Integralismo, foi um movimento de extrema-direita e demasiadamente religioso, cuja ideia surgiu em meados de 1932 dentro da SEP (Sociedade de Estudos Políticos), grupo esse criado a partir do jornal “A Razão”, periódico utilizado por Plínio Salgado para a divulgação de suas ideias. A fundação do movimento, porém, só veio a ocorrer no dia 7 de outubro de 1932, com o manifesto de mesmo nome escrito por Salgado. Contrariamente a outros movimentos fascistas do período, o Integralismo não teve uma vida muito longa e tão pouco chegou a assumir o Estado, ainda que como já dito anteriormente ele contasse com uma quantidade considerável de membros filiados e uma certa simpatia de diversas autoridades no período e de membros do governo, até então, provisório de Getúlio Vargas. Porém, mesmo com essa simpatia, e com um apoio ao golpe que resultou no Estado Novo em 1937, o movimento foi extinto por Vargas em 1938 após uma tentativa de tomada do Poder à força, em um evento que ficou conhecido como Intentona Integralista.

Inicialmente, é preciso destacar que o integralismo é um movimento autoritário de cunho de extrema-direita com tendências fascistas, portanto, ainda que possua algumas diferenças originadas pelas divergências culturais entre o Brasil e os outros países fascistas do período, ele ainda apresenta uma série de características em comum com estes. Ao longo das próximas páginas muitas delas serão citadas, mas podemos citar as principais: a presença de uma estética e simbologia própria; sua preferência por um governo autoritário; culto a um líder carismático, que deveria ser visto como infalível; uma estreita relação com a religião cristã; um nacionalismo levado às últimas consequências; um argumento racial, ainda que este seja completamente

distinto daquele usado pelo fascismo alemão; a utilização do aparato educacional como uma maneira de padronização de pensamento; a utilização do Estado como um meio de fomentar uma cultura nacionalista; e finalmente, um anticomunismo.

Se os seguidores de Mussolini e de Hitler vestiam camisas negras e cáqui, respectivamente, os de Plínio Salgado se utilizavam de camisas verdes com gravatas pretas e a insígnia do movimento – uma faixa azul, com um círculo branco com a letra grega Σ em seu centro – amarrada em um dos braços, semelhante com as presentes nos uniformes nazistas. Entretanto, ainda que as cores fossem ligeiramente distintas e os símbolos apresentassem outro significado, o objetivo básico era o mesmo: identificar e diferenciar os membros do movimento do restante da sociedade. A uniformização também servia como uma forma de referenciar à padronização da sociedade, que era vista como ideal por esses grupos autoritários, e da disciplina militar, que estes possuíam admiração (Dória, 2020).

O Sigma (Σ) é conhecido na matemática como símbolo de somatória, e ainda que pareça um tanto incoerente com o nome do movimento, visto que esse também tem um nome derivado de um conceito matemático (integral), tem uma razão de sua utilização. Para os integralistas seu movimento representava uma integralização de esforços, ideias, de sentimentos e ideais ou em outras palavras: uma somatória das forças sociais.

O Estado, segundo à visão integralista, deveria ser o principal (e possivelmente o único) modificador da sociedade. Mas o que exatamente isso significa? Nas democracias liberais, quaisquer mudanças pretendidas vêm de baixo para cima, isso é, do povo para o Estado. Na visão Integralista ocorreria o oposto, as mudanças deveriam ser impostas do Estado para o povo. O Estado Integral não seria um:

“Estado unilateral oriundo dos caprichos da soberania popular e do sufrágio universal, uma simples projeção jurídica de um aspecto de nacionalidade, e sim a própria Nação organizada segundo as categorias de seus componentes” (Salgado, 1934, p.73).

O conceito de Nação e Estado, portanto, se misturam e se confundem diante dessa lógica de Estado autoritário que Plínio e seus seguidores possuíam. Torna-se desnecessário dizer quão discrepante a visão de um Estado que tomava para si todas

as instâncias de tomada de decisão da sociedade, quando comparado com a visão das democracias liberais do período.

Uma das principais características que diferenciava o Estado Integral das democracias liberais era o seu corporativismo. Mas o que exatamente é o corporativismo? Sob essa ótica de Estado, este seria formado por sindicatos que eventualmente se transformariam em corporações, que seriam órgãos deste Estado. Cada um destes sindicatos representaria uma determinada profissão, e dentro destas os seus participantes elegeriam representantes para Câmaras Municipais, Congressos Gerais e Congressos Provinciais. É necessário lembrar, entretanto, que o conceito de sindicato utilizado pelos integralistas difere consideravelmente do conceito de sindicato atual, em que muitas vezes é visto sob uma ótica de esquerda. Os sindicatos no Estado Integral, eram vistos com tendo as mesmas características que seu conceito de Nação, sendo um organismo que contém um objetivo ético, político, econômico e cultural. Que não pode ser utilizado pensando unicamente em interesses individuais e tampouco como uma forma de resistência na luta social (Reale, 1933).

Assim como o fascismo, os integralistas também tinham um líder, que deveria ter uma liderança inquestionável, que assumiria um papel semelhante ao do Duce, no fascismo italiano, ou do Führer, no Nacional Socialismo Alemão. No Brasil esse líder ficou conhecido como Chefe Nacional. Toda a base de autoridade do movimento foi pensada no Primeiro Congresso Integralista em 1934, e colocava o Chefe Nacional no topo, seguido do Conselho Nacional e por fim os conselhos/departamentos nacionais. Esses departamentos nacionais eram divididos em seis assuntos: Doutrina, Milícia, Finanças, Propaganda, Cultura e Organização Política. E além de serem os principais responsáveis pela disseminação da mensagem integralista para toda a sociedade, foram também pensados de forma com que a organização do movimento se assemelhasse quase como uma miniatura do Estado Integral (Freitas, 2017, p.40).

A utilização da frase “Deus dirige o destino dos povos” como abertura do documento que origina oficialmente ao movimento, não é algo banal e tão pouco utilizada meramente como retórica. A ligação religiosa que a Ação Integralista Brasileira tinha com religiões cristãs – em especial o catolicismo – era uma das

principais bases do movimento. O integralismo, porém, não se colocava como portador de nenhuma religião oficial, principalmente quando consideramos que ainda que a maioria dos militantes do movimento fossem católicos, havia também uma quantidade considerável de espíritas e protestantes. O movimento também mantinha uma espécie de noção própria de vida depois da morte com a visão de que ninguém morria de fato, mas que quando um integralista morria defendendo seus ideais ele “era transferido para a milícia do além para ser comandado por Deus” (Gonçalves; Neto, 2020, P.20). Outro ponto a se destacar é o fato de que muitas vezes essa ligação excessiva com a religião parecia se misturar com a mistificação e o caráter messiânico dado ao líder dentro dos movimentos de cunho fascista, ao ponto de Plínio chegar a ser chamado de “profeta” por alguns.

O nacionalismo característico do movimento era uma decorrência da ideia de que o cosmopolitismo (isso é, tudo que vinha dos grandes centros urbanos), que supostamente vinha dos Estados Unidos e das nações europeias industrializadas, estaria destruindo a cultura nacional. Para os integralistas, os brasileiros (principalmente em sua burguesia) assumiam cada vez mais costumes europeus em detrimento de sua própria cultura. Nas palavras do próprio do Manifesto de 7 de outubro:

“O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo. Combatê-lo é nosso dever(...) Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos, a energia, a coragem do povo brasileiro.”

Entretanto, esse nacionalismo não se referia necessariamente a uma xenofobia contra cidadãos de outros países ou com seus descendentes, ainda que muitos movimentos fascistas do período levassem a isso, mas sim aos costumes estrangeiros que influenciavam cada vez mais a cultura nacional. Esse ressentimento com toda cultura estrangeira que levasse ao cosmopolitismo, acabava muitas vezes gerando

uma espécie de defesa à autenticidade da “Raça Brasileira” (Freitas, 2017, p.40), em que a cultura indígena, o sertanejo, o caboclo e os cidadãos de cidades do interior eram idealizados. Outros símbolos nacionais como o Hino e a Bandeira também eram importantes nesse contexto, mas não eram os únicos, era necessário também uma consciência do caráter, dos objetivos do que eles chamavam de Pátria e do valor de um povo. (Salgado, 1932).

Quando o integralismo surge com o manifesto de 7 de outubro de 1932, o nazismo não tinha a relevância global que posteriormente levaria à Segunda Grande Guerra, logo, a forte obsessão racial (ou racismo propriamente dito) que sustenta até hoje a muitos partidos fascistas, não era ainda vista como um elemento fundamental da ideologia. Não é de se surpreender, portanto, que Plínio tenha deixado de fora esse elemento e proposto que a questão racial deveria ser deixada de lado. Entretanto, mesmo nesse quesito há uma certa contradição, uma vez que em seus escritos existe uma forte valorização (e idealização) dos povos latino-americanos, e uma certa inspiração no indígena, que era visto como uma espécie de passado ideal em que todos os brasileiros compartilhavam (Dória, 2020, p.109). Portanto, a questão racial dentro do movimento não era algo muito claro, havendo ao mesmo tempo, uma tentativa de ignorá-la, uma idealização do nativo brasileiro e um antissemitismo principalmente da parte de Gustavo Barroso.

A questão da educação vinha a se tornar de extrema importância para formação dessa nova sociedade integralista. O ensino, que ia desde o primário até o superior, tinha como pressuposto a criação de uma cultura nacionalista. Logo, o objetivo da educação não era o de capacitação para um livre pensamento, mas sim de uma padronização conforme os ideais do movimento. Para atingir tal objetivo, os integralistas ofereciam cursos de aproximadamente 8 meses, nas seguintes disciplinas: Introdução à Sociologia geral, história social brasileira, noções de direito corporativo, noções gerais de organizações políticas, história das doutrinas Econômicas, e História Militar Brasileira (Barbosa, 2004, p.77). Havia também um plano para as crianças (chamadas de Plinianos) em que eram oferecidos cursos de boas maneiras, moral e cívica, e esportes.

Tanto o comunismo quanto o capitalismo eram fortemente repudiados pelos seguidores de Plínio Salgado, visto que eram vistos como ditaduras, com o

comunismo sendo a ditadura do proletariado e o capitalismo da burguesia. E pelo fato de que ambos eram vistos como complementares, com o primeiro sendo uma consequência do segundo. Porém, segundo esta visão, o comunismo havia um agravante, contrariamente ao capitalismo que seria uma ditadura dos patrões, este os colocaria ao redor de um único aparato, e faria todos os operários serem escravizados por este e por seus funcionários que seriam recrutados a partir da burguesia. O comunismo, sob essa ótica, seria responsável por uma série de males e destruições, dentro destes estando: a destruição da personalidade individual, para uma facilitação da escravização do indivíduo ao coletivo; da iniciativa individual; da religião e da família.

Estranhamente, muitas das coisas defendidas pelos integralistas, seriam atualmente considerados como comunistas ou socialistas, como a seguinte passagem do Manifesto de 1932: “Queremos o operário, com garantia de salários adequados às suas necessidades, interessando-se nos lucros conforme o seu esforço e capacidade”; ou até mesmo de sua própria doutrina de um Estado forte que imporá as mudanças de cima para baixo, que seguindo os preceitos da sociedade neoliberal, poderia ser interpretado como um Estado comunista, ainda que este seja algo completamente distinto.

O liberalismo também sofria uma forte repulsa por parte dos integralistas, uma vez que estes eram fortemente influenciados pelo catolicismo. Os católicos nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial teciam fortes críticas ao liberalismo vigente no período, que era visto como uma doutrina materialista. Surge então uma questão: se os integralistas repudiavam tanto o capitalismo quanto o comunismo, qual sistema econômico propunham? A resposta para isso resulta em uma contradição, visto que os integralistas apenas criticavam o capitalismo/liberalismo na ótica internacional, internamente, defendiam o capitalismo controlado por seu Estado Integral.

O conceito de Nação era também algo de muito afincado para os integralistas, a ponto de que, como dito anteriormente, eles viam o Estado como a própria Nação organizada. Esta é um organismo ético, político, cultural e econômico (Reale, 1933), que é a união de um determinado grupo de pessoas sob um mesmo território e Estado, que possuem objetivos, cultura e identidade em comum (Reale, 1993). E quando colocada do ponto de vista econômico, essa ideia propunha uma cooperação entre as

classes, sendo vista como uma sociedade solidaria que possui uma interdependência entre os trabalhadores intelectuais e braçais e dos donos do grande capital.

Para esta visão de nação ser colocada em prática, ao menos segundo à lógica dos próprios integralistas, seria necessária uma unificação do povo brasileiro, de uma maneira forte e que não pudesse ser dividida. E para isso, não poderia haver divisões dentro do país, tais como: indivíduos tomando atitudes individuais dentro do governo; lutas de classes; alta quantidade de partidos políticos, etc.

3.3 Autores

Inicialmente o movimento tinha três lideranças ideológicas importantes: o já citado Plínio Salgado, que foi o responsável por escrever o Manifesto de 7 de Outubro e era considerado o Chefe Nacional dos integralistas; Miguel Reale, jurista que havia ficado responsável pelo departamento de doutrina do Movimento, e por dar uma base jurídica ao Estado Integralista; e por fim Gustavo Barroso, que no período já era um escritor reconhecido e que possuía uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, ficara responsável pelo departamento de milícia.

Para a análise de seus ideais serão analisadas três obras distintas pertencendo a cada um deles, sendo estas: A Quarta Humanidade, de Plínio Salgado; O Integralismo em Marcha, de Gustavo Barroso; e por fim, O Estado Moderno: Liberalismo, Fascismo, Integralismo de Miguel Reale. Vale lembrar que tais obras não são – do ponto de vista geral – as mais importantes de cada um deles, visto que todos possuem uma literatura própria fora do movimento e que pouco tem a ver com política, porém, para o objetivo desse trabalho elas são de extrema importância.

3.3.1 Plínio Salgado

Plínio Salgado nasceu no dia 22 de janeiro de 1895 no município de São Bento do Sapucaí, no Estado de São Paulo, filho de um pai farmacêutico, que mais tarde se tornou coronel da guarda nacional e de uma professora de Escola Normal. Sua família também tinha uma certa importância regional.

Antes de fundar o movimento Integralista, Plínio já era um membro relativamente notável da sociedade brasileira, tendo sido escritor (chegando a participar da Semana de 22, ainda que de forma pouco notória), jornalista, e até mesmo deputado pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Foi em um jornal que o movimento Integralista deu seus primeiros passos, ele montara o jornal *A Razão*, com a ajuda financeira de um amigo e escolheu para a sua sede um prédio no centro de São Paulo, que se localizava próximo do Campus da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do Teatro Municipal e da Praça da República. Se isso fora planejado com antecedência ou não é difícil de saber, mas tal localização deixava o movimento próximo de uma certa intelectualidade paulista.

Portanto, não fora à toa que foi chamado para escrever o Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo durante a Revolução de 32 e era visto por Vargas como a principal ameaça a seu poder (Dória, 2020), não é de se espantar que este tenha oferecido a Plínio a posição de Ministro da Educação no chamado Estado Novo oferta essa que não foi levada adiante. Existe uma série de razões para a desistência dessa oferta, porém, há duas explicações plausíveis (e antagônicas) que podem ser utilizadas para explicar esse recuo do governo. A primeira delas é que Vargas em nenhum momento teve pretensões de dar o poder a Plínio e que não apenas manipulou o líder integralista, mas também “usou da força dos militantes integralistas para auxiliar a consolidação do Estado Novo” (Gonçalves; Neto, 2020, p.59). A segunda versão diz que a condição para tal proposta era a dissolução do movimento, coisa que o líder do movimento não poderia aceitar. Seja verdade ou não essas versões, ambas levam ao mesmo resultado: Vargas passara a ser visto como um traidor para os integralistas, principalmente quando consideramos que estes deram apoio ao seu golpe de estado em 1937. Esse sentimento de traição nos integralistas, foi a justificativa para a tentativa de golpe realizada em 11 de março de 1938.

Se Plínio tinha conhecimento prévio desse ato não se sabe ao certo, mas isso não o impediu de ser perseguido pelos agentes do novo regime e sendo preso definitivamente em 30 de maio de 1939. Prisão essa que não durou muito tempo, sendo solto em 22 de junho também de 39.

Ainda que nenhum integralista tivesse publicamente a se declarar como um fascista, isso não impediu que os fascismos europeus, em especial o italiano, viessem

a influenciar de fato o movimento. O futuro Chefe Nacional (assim como Miguel Reale em uma escala muito maior) tinha um certo apreço pelo fascismo italiano e chegou até mesmo a visitar Mussolini, enquanto a Revolução de 30 eclodia no Brasil. Se essa admiração era mútua não é possível saber com clareza, mas se podemos concluir algo a partir disso, é o fato de que caso essa admiração não tivesse ocorrido, o movimento provavelmente não teria ocorrido da maneira que ocorreu.

As ideias de Plínio não se resumiam meramente em uma tentativa de assumir o Estado e todas as instâncias de decisão da população, longe disso, segundo suas visões, haveria uma nova humanidade a surgir (não no sentido físico, mas no sentido espiritual e intelectual) e o Estado Integral seria o Estado próprio desta. Tais discussões serão vistas com maior detalhamento mais adiante, por ora, se faz necessário analisar o início de seu pensamento.

Antes de mais nada, é preciso notar que Plínio era um revolucionário conservador. Isso é, ao se colocar contra ao Estado Democrático, à democracia de forma geral, ao liberalismo, ao comunismo e a qualquer ideologia que viesse a ser contra a sua própria, suas ideias podem entendidas como revolucionárias. Entretanto, ao propor que seja o Estado quem deve manufaturar e colocar em práticas às mudanças sociais e estruturais (em outras palavras: fazer a revolução), ele se torna um conservador, pois não nega e nem se coloca contra à estrutura de poder que garantia as bases de quase tudo que ele repudiava.

Sem mais delongas, entremos no pensamento de Plínio Salgado.

3.3.1.1 A Quarta Humanidade

Talvez alguns venham a se impressionar que na obra “Quarta Humanidade”, um dos principais livros que trazem suas ideias, ele não se aproxima apenas da sociologia e da ciência política, mas inicialmente se propõe muito mais a uma filosofia e a uma quantidade considerável de comparações metafóricas, em que muitas vezes se aproxima de uma espécie de misticismo

Uma parte considerável da obra se dedica a aprofundar sua teoria de que durante toda a sua história, o mundo teria passado por quatro humanidades distintas.

Sendo elas: a politeísta, que teria tido início na caverna e teria durado até o surgimento do politeísmo; a monoteísta, que vai do politeísmo ao monoteísmo; a ateísta, que vai do monoteísmo cristalizado na idade média até o ateísmo; e por fim a Quarta Humanidade, que estaria na mesma situação da primeira humanidade: diante do mistério universal. Plínio por vezes aparenta não conseguir decidir se essa quarta humanidade que supostamente seria a atual (que neste caso seria a humanidade do período em que o livro fora escrito), já surgiu por completo ou se está em vias de surgimento. Existem diversas análises e explicações em relação a cada uma dessas humanidades, entretanto, o enfoque desse trabalho mais adiante se concentrará na última Humanidade, visto que é a parte que possui um maior apreço no livro.

O Estado e a Sociedade, segundo a sua visão, estariam de certa maneira interligados com a forma como as pessoas enxergam o próprio universo. Uma vez que os objetivos humanos viriam diretamente da maneira como o universo é enxergado, e é do sentido de ser desses objetivos que traz a organização social. O discurso anti-modernidade típico dos fascistas também se encontra nessas primeiras páginas, que coloca que o ser humano estaria desamparado diante desta. A partir dessa visão, nos é argumentando que ao contrário do que ocorreu na civilização grega, em que houve um equilíbrio entre indivíduo e natureza, em nossa época o primeiro subjuga a segunda, ocorrendo dessa maneira um desequilíbrio. Entretanto, o indivíduo estaria “sendo esmagado pela objetivação de seu próprio subjetivo” (Salgado, 1934, p.6), em outras palavras: o medo na nossa humanidade não é mais o sobrenatural ou o terror cósmico, mas o terror que emana de nós mesmos e somos os principais responsáveis por sua criação.

A ideia que surgirá uma nova humanidade que substituirá a Humanidade Ateísta, está ligada diretamente com a América Latina, que segundo as visões de Salgado, seria uma parte importante do futuro em detrimento da Europa, que no período era visto como a epítome da modernidade.

O povo brasileiro e o sul-americano são idealizados, tendo um sentido cósmico vindo de fontes étnicas (Salgado, 1934). As ondas de imigrantes brancos e semitas que vieram para a América Latina, não mudaram a alma do povo americano. Dessa maneira, como existe um meio físico, há também um “meio étnico” imperativo (Salgado, 1934). Conseqüentemente, essa origem mais próxima da terra gera uma

certa transferência de eras primitivas (palavras do próprio autor) para a Era da Máquina, fazendo com que ambas convivam lado a lado.

O espiritualismo cristão trazido pelos jesuítas também acaba entrando nessa idealização, que após adquirirem uma nova energia, se impregnaram da ingenuidade² dos povos que aqui estavam. Ainda sob essa visão: “Através do processo de cruzamento étnico, de amálgamas sociais, o monoteísmo cristão absorveu as forças bárbaras e refulgiu uma expressão inédita” (Salgado, 1934, p.43). Aqui, como é possível notar, é refletido um pouco o misticismo diante da miscigenação brasileira, tal ideia de miscigenação em voga na época, representada principalmente por Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” (que fora publicada um ano antes da “Quarta Humanidade”) e que ia em direção contrária de outros regimes fascistas, como era o caso do Nacional Socialismo Alemão. Outro ponto a se perceber aqui é o papel que o cristianismo assume na visão de país, que assumiria um grande senso de humanidade que expressaria o temperamento de um povo (Salgado, 1934).

Como dito anteriormente, os latino-americanos eram idealizados e é a partir dessa idealização que surge a visão de uma superioridade do desse povo diante dos outros. Segundo ela, são possuidores de grandes gestos fraternos e hospitaleiros, altruístas, corações abertos e amáveis. E que mesmo que possuísse defeitos na educação, esse caráter ainda estaria presente neles. Entretanto, essa idealização não se resumia ao povo em si, mas a uma parcela considerável de suas características, que ao juntar “A extensão territorial da América Latina, o desdobramento dos horizontes, a origem próximo do nomadismo das tribos selvagens(...)” (Salgado, 1934, p.44) ocorreria a criação de um próprio conceito de propriedade. A exploração constante das florestas, juntamente com a presença dos latifúndios e da rarefação geográfica, criaria um sentimento profundo de cooperação humana e ainda traria para os diversos imigrantes que teriam vindo para o continente um meio moral propício à reprodução da mistura.

Conseqüentemente, partindo desses pontos de vista físicos, a América Latina seria o local mais promissor para o surgimento de uma nova humanidade.

²ingenuidade aqui não assume um significado pejorativo, mas muito mais uma visão de pureza diante do restante do mundo

E dessa idealização também decorre uma nova faceta do discurso antimodernidade presente na visão integralista. Esse novo ponto coloca a América Latina como uma vítima do crescimento do comércio sob o âmbito internacional, em que este, ao colocar o “meio circulante” sob os ombros das civilizações industriais baseadas no carvão e petróleo e do padrão ouro, teria produzido a desigualdade entre as nações, colocando de um lado as potências industriais e do outro os povos coloniais ou semicoloniais. E para justificar tamanha opressão das potências industriais sobre os outros dois tipos, foi criado então a falsa teoria da superioridade racial dessas nações diante das colônias e das semicolônias.

A antimodernidade (e até mesmo seu sentimento antissistema) presente em seus discursos no âmbito econômico não é algo apenas beligerante, neste sentido, não é um discurso que apenas ataca sem necessariamente trazer a solução. Uma vez que ele nos dá uma solução (ao menos sob sua concepção do que deveria ser o país): uma primazia da agricultura sob uma indústria que ele enxergava como em vias de decadência: “Dentro das próprias leis da economia clássica, a predominância do produto agrário sobre os produtos industriais vai ser uma fatalidade neste século. Uma fatalidade que virá do próprio progresso técnico.” (Salgado, 1934, p.47). Essa decadência traria como consequência a volta da agricultura ao papel de grande destaque, e os países possuidores de grandes latifúndios (e isso incluía o Brasil), teriam papel central nessa nova economia que ele estava prevendo.

Ao mesmo tempo, em que Plínio se coloca contra a ideia de uma superioridade racial e pratica um discurso anti-imperialista, ele aparenta se esquecer que poucas páginas antes defendia uma superioridade dos latino-americanos diante dos outros povos. E se tal contradição não é o suficiente, podemos ir mais adiante e destacar que além de tudo isso, Plínio pretendia usar o Brasil como marco zero para a implantação de Estados Integralistas por todas as Nações Latino-Americanas ou em suas próprias palavras: “Realizar o sonho de Bolívar” (Salgado, 1934, p.49). Isso é, pretendia colocar em prática o mesmo imperialismo (ainda que essa palavra não seja propriamente utilizada em seus escritos), que ele acusava as potências industriais de fazer.

Um dos principais pontos que Plínio colocava para a Ação Integralista Brasileira era o de não ser apenas um movimento político, mas também de ser uma ferramenta

de convencimento das pessoas sobre sua ideologia. Com isso ele pretendia livrar o povo brasileiro de ideias e teorias que ele considerava capciosas e do que ele chamava de influência do sectarismo (Salgado, 1934). Para tal jornada seria necessário a criação de uma opinião pública que fosse disciplinada o suficiente para confiar nas elites intelectuais que ele pretendia criar com o movimento. Portanto, quando ele diz: “A mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais, é condição fundamental do êxito, desta campanha” (Salgado, 1934, p.57), não se trata de uma valorização inocente dos intelectuais e não é algo banal que tal citação esteja dentro de um subtópico chamado “Elites Dirigentes”. A presença de intelectuais dentro do movimento para servirem tanto como a “Elite Dirigente” do partido quanto como doutrinadores das massas era algo de extrema importância para levar adiante os princípios defendidos pela AIB. Logo, nem mesmo seu sentimento antissistema parecia se sustentar no longo prazo, visto que a atitude de cooptação de intelectuais para darem as bases ideológicas ao sistema vigente, era (e permanece sendo) a mesma coisa que as elites econômicas vigentes do período faziam.

A concepção de libertar as pessoas de tudo que lhe desagradasse aparenta ser uma espécie de obsessão, visto que ele não se limitava apenas ao indivíduo brasileiro, mas ia até mesmo ao indivíduo do Século XX como um todo. Todavia, não fica exatamente claro quando Plínio diz que uma das preocupações do integralismo é o de “libertar o homem do Século XX dos preconceitos do Século XIX” (Salgado, 1934, p.58), principalmente quando o mesmo diz não querer uma completa condenação das filosofias do passado, considerando que foi justamente esse Século XIX que deu as bases para a expansão das democracias liberais (ao menos na Europa) e do surgimento (e também da expansão) dos movimentos socialistas, sendo estes dois tópicos de grande repúdio em seus escritos.

Para concluir, podemos dizer que o papel que o Integralismo deveria representar se torna (ao menos na visão de Plínio) algo ambíguo, uma vez que o movimento é colocado nos escritos de seu criador concomitantemente como algo completamente novo e em oposição a um passado considerado impraticável, mas que não necessariamente o negava e se colocava como um continuador do passado e do Século XIX.

3.3.2 Gustavo Barroso

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu no dia 29 de dezembro de 1888 no município de Fortaleza, no estado do Ceará, era filho da alemã Ana Dodt Barroso e Antônio Felinto Barroso, um tabelião. Mais novo de três irmãos e órfão, órfão de mãe aos meros sete dias de vida, fora criado por avós e tias paternas. Vinha de um antigo clã que havia tido uma certa relevância durante os tempos do império, mas que no momento se encontrava em decadência.

Em sua infância fora fascinado pelo mundo militar, e durante este período ansiava por ser soldado, influenciado por seu padrinho, um veterano que fora ferido em batalha durante a Guerra do Paraguai e lhe enchia a imaginação com histórias de batalhas (Doria, 2020, p.145). Entretanto, tal profissão não era algo visto de forma positiva pelas elites do período, principalmente as decadentes. Dessa maneira, fora pressionado por sua família a ingressar na Faculdade de Direito em 1907 e passou a participar da vida intelectual de Fortaleza (Vieira, 2012).

Os primeiros anos de estudos de Barroso até a sua chegada à Ação Integralista Brasileira, coincidiram com o surgimento de uma série de burocracias intelectuais (Vieira, 2012) como fora o caso da imprensa, de assembleias regionais e de partidos republicanos. Logo, assim como Plínio, Miguel e quaisquer outro intelectual de sua época, ele também fora influenciado pelas mudanças que ocorriam ao seu redor no período.

Em 1910 se muda para o distrito federal (que no período se localizava no Rio de Janeiro) para concluir seus estudos e posteriormente consegue adentrar os círculos intelectuais daquele momento devido à influência política dos seus ascendentes cearenses (Vieira, 2012). Também tivera sua carreira política, sendo filiado ao PRC (Partido Republicano Conservador) em 1912, e ficando no cargo de deputado de 1915 a 1917.

Assim como Plínio Salgado, Barroso também era um membro relativamente respeitado da sociedade antes de se dedicar ao integralismo, visto que não apenas era um escritor prolífero como também fora membro da Academia Brasileira de Letras, chegando a assumir as posições de secretário e de presidente dessa instituição, além de ter ficado responsável pela criação e direção do futuro Museu Histórico Nacional,

posição esta que ocupara até 1959. Entretanto, com a Revolução de 1930 tal posição lhe foi retirada até 1932, devido à sua candidatura e apoio à chapa de Júlio Prestes em oposição a Aliança Liberal de Vargas

Em 1933 vai se juntar oficialmente à Ação Integralista Brasileira, movimento ao qual se tornará um dos principais líderes e ideólogos. Sua entrada não é importante apenas por seu valor histórico, mas também por representar uma mudança de paradigma em Barroso, uma vez que é a partir daí que começa a surgir sua cristandade e uma das principais características que passariam a lhe definir: seu antissemitismo extremado.

Se atualmente os grandes inimigos a serem combatidos sob a ótica dos setores conservadores da sociedade são os comunistas, globalistas ou os “woke”, nos anos 30 o grande inimigo para uma grande parcela desses setores era o “Judeu”. E Barroso não estava isolado desse tipo de pensamento, colocando quase todos os problemas que o país passava no período como uma consequência aos empréstimos pegos com banqueiros judeus em um período anterior. Foi também quem traduziu para o português “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, um texto antissemita que alegava haver uma conspiração judaica com objetivo de dominação mundial.

Barroso nunca mais se envolveu com política após o movimento Integralista ter sido colocado na ilegalidade.

3.3.2.1 O Integralismo em Marcha

Publicado em 1933 e considerado como a primeira obra integralista de sua vasta literatura de Barroso, “O Integralismo em Marcha” traz tanto as já citadas características do movimento, como também algumas peculiaridades próprias do que viria a ser sua visão com relação a este. Entretanto, talvez por se tratar de uma obra principiante em seu contexto da AIB, o lado antissemita de Barroso não havia aflorado ainda.

Já nas primeiras frases do livro podemos notar o tom alarmado e panfletário típico do futuro movimento (que nesse caso em específico condiz razoavelmente com

o formato original do texto: uma série de conferências realizadas no Rio de Janeiro) com o autor alegando que o liberalismo já sem possibilidade de continuar, agonizava, ao mesmo tempo que o comunismo dividia a humanidade em duas, e que ainda pior que as discordâncias civis, era a luta de classes. E o caráter panfletário volta a se repetir no fim dessa introdução, quando faz um apelo, dizendo que apenas a juventude pode salvar o mundo. Porém, do que o mundo precisaria ser salvo é algo questionável.

A política sob sua concepção era algo de alto valor moral e que não poderia ser utilizada como uma ferramenta para conservação de posições ou para iludir o povo. Não se pode, portanto, conceituar a política de maneira que venha a ser indiferente diante da moral e dos valores imperativos da cultura (Barroso, 1936), diante disso o Integralismo surgiria como “um movimento notável e consolador” (Barroso, 1936, p.14). A ideia do movimento como algo novo e de revolucionário, também está presente aqui, colocando os outros movimentos políticos que estavam ocorrendo em âmbito nacional no período como vazios.

Muito do que viria a ser parte do ideário integralista também já estava presente nessas primeiras conferências, principalmente a ideia de que eram células de um todo, que eventualmente suas forças sociais, materiais e espirituais viriam a se integralizar (em linhas gerais é a ideia presente na simbologia na utilização do Sigma). Essa integralização ocorreria tanto no âmbito cultural, representado por seus aspectos morais, religiosos e intelectuais, quanto no âmbito econômico, que seria representado principalmente pela cooperação entre as classes sociais.

“Queremos acabar a inquietação provinda das aventuras dos empirismos e dos extremismos, integralizando as forças vivas da nação um modus governamental equilibrado num Estado totalitário que abranja o Homem nos diversos aspectos de sua natureza e sua atividade, material, mental e espiritual” (Barroso, 193, p.16-17)

Assim como existe o Estado Integral, dentro dessa concepção haveria também o “Homem Integral” que ainda que tivesse uma necessidade de amar, teria também uma necessidade de uma liberdade disciplinada, que seria guiada por um destino superior que seria demonstrado a partir de sua própria virtude e inspiração (Barroso, 1936). A existência desse Homem Integral estava diretamente relacionada a

ideia do integralismo como esse terceiro caminho entre a visão do indivíduo como puramente razão e a visão deste como um mero animal racional preso à materialidade. Esses dois princípios sob sua visão seriam irreconciliáveis sem a presença de um terceiro caminho para mediá-los e posteriormente integrá-los a partir de uma moral superior e de uma moral divina. E ainda que essa forma de ver o problema pudesse ser entendida de um ponto de vista universal, ela também deveria ter as particularidades necessárias para ser entendida do ponto de vista brasileiro.

A relação do movimento com o indivíduo também era algo de muito afinho para os integralistas, chegando a ponto de colocar que o conhecimento deste por parte do Estado era algo essencial, e que ignorá-lo seria o mesmo que o arquiteto ignorar o material do prédio que se pretendia construir. Sob sua doutrina, o indivíduo era tríplice: tinha uma parte moral, uma material e uma intelectual. E tais aspirações seriam satisfeitas dentro do limite que a harmonia social permitisse. E essa harmonia seria justamente permitir essa tríplice natureza do indivíduo, lhe dando personalidade, conforto material e uma razão para a sua existência. Entretanto, isso não significa que o movimento defendesse de alguma forma um individualismo exacerbado, coisa que eles criticam nas liberais democracias.

Mas além do indivíduo, estaria a família, que não apenas funcionaria como uma projeção deste, mas também evitaria com que ele fosse esmagado pelos coletivismos, conseqüentemente seria ela quem garantiria a liberdade do indivíduo mediante aos coletivismos presentes na própria existência. Aboli-la traria como conseqüência um retorno a um período de selvageria e animalidade

A hierarquia era fundamental ao movimento, principalmente quando nos atentamos ao fato de que a estrutura hierarquizada dentro do partido, com o Chefe Nacional no topo, deveria servir como uma espécie de miniatura para o futuro Estado Integral. E essa hierarquia já estava sendo esboçada aqui, como podemos notar na seguinte citação:

“A hierarquia é, assim, fenômeno social decorrente dum fenômeno natural incontrastável. É legítima e deve ser mantida num regime de justiça de freio aos abusos, de colaboração de classes e não de luta entre elas” (Barroso, 1936, p.32)

A partir dessa citação também nos é mostrado a sua oposição em relação ao comunismo e a visão marxista como um todo, visto que como ela própria demonstra, os integralistas iam na direção contrária ao marxismo, propondo que ao invés de um antagonismo de classes, deveria haver uma colaboração entre estas. Consequentemente, há uma rejeição do movimento em relação à famosa divisão de esquerda e direita, ainda que este possuísse diversas características que o permitisse ser colocado como de extrema-direita ou até mesmo fascista, coisa que Barroso vai negar veementemente, alegando que o Integralismo e os fascismos eram apenas ramos da mesma árvore, que vinha da mesma concepção totalitária do universo (Barroso, 1936).

Segundo Barroso, Marx, em seu ódio contra o capitalismo que se espalhava descontroladamente, estaria propondo uma volta ao regime de trocas (Barroso, 1936). Segundo ele, o comunismo - assim como muitas revoluções ocorridas na Europa que substituíram o antigo despotismo monárquico por um despotismo democrático da massa - derrubaria o governo burguês despótico e colocaria no lugar a ditadura do proletariado com o subterfúgio de que seria algo provisório. O comunismo - assim como qualquer coletivismo - sob essa visão facilitaria a escravidão do indivíduo, uma vez que o tornaria tão pequeno e fraco mediante aos déspotas que não poderia se defender. Logo, qualquer manifestação do comunismo não importando seu tamanho deveria ser combatida veementemente, não apenas por diminuir o indivíduo, mas por gerar uma mediocridade das massas (Barroso, 1936) que ao se unirem a um Estado alheio às dificuldades econômicas da sociedade que tentava dirigir teria como consequência a colocada do voto - qualquer tipo, seja direto, indireto, restrito ou universal - sem verificar primariamente a capacidade mental ou moral.

Essa crítica à ditadura da massa o leva a uma crítica direta ao sistema de votos, que acarretaria os governos forçando o povo a exercer sua soberania popular com risco a penalidades caso este se recusasse a cumpri-la. Tal organização política, portanto, inviabilizaria qualquer governo uma vez que o poder teria de se submeter às vontades e limitações parlamentares (Barroso, 1936).

Os regimes presidencialistas e parlamentaristas (dois grandes exemplos de regimes democráticos até os dias atuais) também passam a serem alvos de suas críticas. No Presidencialismo, inevitavelmente um dos poderes se hipertrofiaria, e ele

cita dois exemplos: no caso estadunidense a hipertrofia ocorreria no Senado, já no caso brasileiro esta ocorreria no executivo – a consequência disso ao Brasil, seria um governo central sem autoridade e poder que se manteria em base de violência e arbítrio, enquanto seus estados se venderiam ao estrangeiro e se armariam contra ele. No Parlamentarismo o poder hipertrofiado seria o parlamento. A grande problemática disso seria o fato de que o poder que passa por essa hipertrofia é o mesmo que está a cargo da tomada de decisões nesses regimes, o que o tornaria incongruente com o dinâmico mundo moderno que requiriria tomadas rápidas de decisões.

O Estado seria, ao mesmo tempo, uma entidade física e moral (Barroso, 1936). Física, pois depende da constituição física dos órgãos que lhe compõem, moral porque depende da moralidade e espiritualidade dos seus participantes. Em caso de ausência dessa dupla característica, é inevitável que o Estado venha a morrer. No caso do Estado Integral este teria de assim como um médico (metáfora utilizada pelo próprio Barroso) cuidar de todas as células desse organismo social visando mantê-lo saudável de corpo e alma.

O Estado Integral (além de uma versão em maior escala da organização do movimento) funcionaria como uma espécie de representação da nação como um todo, reunindo todas as suas forças racionais, espirituais e econômicas, voltando mais uma vez a metáfora do Sigma. No que tange à sua organização, ele seria dividido a partir de corporações profissionais, que elegeriam seus representantes e seriam estes que elegeriam o Chefe Nacional. E ainda que o movimento tente se colocar uma terceira via, Barroso não consegue se distanciar muito de um ideário fascista quando coloca que esse Estado deveria vigiar, orientar e supervisionar tudo, com objetivo de não permitir que nada se formasse fora de si.

Mesmo que em uma escala relativamente menos agressiva, o regime liberal-democrático também sofre ataques de Barroso, que coloca que para instaurar o integralismo no Brasil, seria necessário primeiro combater a liberal-democracia com “suas mentiras lantejoulantes apoiada na famosa cultura jurídica do bacharelismo desmoralizado” (Barroso, 1936, p.69). O governo liberal sob essa perspectiva seria um governo que, além de impotente e violento, geraria uma anarquia demagógica equivalente à anarquia comunista. Este conseqüentemente não seria uma síntese das

vontades do povo, gerando uma espécie de alienação entre povo e governo, que mais tarde se tornaria em um ódio irreconciliável do primeiro ao segundo.

Outra semelhança com os escritos do futuro Chefe Nacional que vem a aparecer nesses primeiros escritos é a sua necessidade de querer explicar a história da humanidade, coisa que será mais explorada em sua obra “O Quarto Império”, mas que já tem seus primeiros esboços aqui, a partir de uma visão de que essa história estaria construída sob duas correntes: uma ligada ao determinismo e à fatalidade e outra ligada ao livre arbítrio e à liberdade, em termos gerais é muito semelhante (senão igual) à doutrina pretendida por Barroso em relação ao chamado Homem Integral, e a solução aqui também é praticamente a mesma: essas duas correntes irreconciliáveis por natureza só podem ser conciliadas a partir de uma terceira, baseada em uma manifestação de um destino superior no Homem, lhe trazendo intuição, inspiração, espírito, inteligência, moral e cultura (Barroso, 1936).

Por fim, precisamos ressaltar o contexto da produção dessa obra, tais conferências foram feitas em 1933, apenas quatro anos após a Queda da Bolsa de Nova York, o mundo ainda sofria as consequências da Primeira Grande Guerra e mesmo não sabendo ainda caminhava a passos largos para a Segunda, logo, não é um mero exagero com objetivos sensacionalistas quando ele afirma que todos os países estavam, naquele momento, momento procurando um rumo. E dentre todos eles, o Brasil seria o mais perdido. O Integralismo era justamente esse novo rumo procurado, pois, como visto anteriormente, se colocava contra às democracias liberais que já não estavam em seu melhor momento, e contra o comunismo que era visto com desconfiança e medo por parte das elites dirigentes.

3.3.3 Miguel Reale

Miguel Reale nasceu no dia 6 de novembro de 1910, no município São Bento do Sapucaí, no Estado de São Paulo, neto de imigrantes italianos e filho de Brás Giordano Reale e Felicidade Vieira da Rosa Gós Chiaradia Reale.

Fizera o segundo grau no Colégio Dante Alighieri e mais tarde se forma em direito na Universidade de São Paulo em 1933. Por ser o mais jovem dentre as três

lideranças, Miguel não tinha uma carreira extensa como a de Plínio e Barroso, tinha meros 21 anos quando o manifesto que dá origem ao movimento é publicado, e apenas dois anos mais tarde publicaria o livro: “Estado Moderno: Liberalismo, Fascismo, Integralismo” que será discutido mais adiante.

Apoiara Vargas nas eleições de 1930 em oposição à chapa de Júlio de Prestes, e em 1932, assim como muitos de seus colegas de universidade, ele se unira às fileiras da Revolução Constitucionalista. Entretanto, ainda que estivesse ligado ao Partido Democrático (formado por uma dissidência do PRP) ao voltar, sentiu que nem este e nenhum dos partidos do período tinha um projeto para o Brasil (Dória, 2020), deixando-lhe assim uma espécie de vazio ideológico, que mais tarde naquele ano seria preenchido pelo manifesto de Plínio. E mesmo que não soubesse, Reale, um mero estudante de direito e neto de imigrantes italianos, estava prestes a se tornar o responsável por desenhar o que viria a ser o Estado Integralista, ao ser colocado no comando do Departamento Nacional de Doutrina do Movimento.

Após o fiasco da Intentona Integralista de 38, Miguel rompera com o movimento e se refugiou na Itália durante um período, e eventualmente se tornara professor catedrático na Universidade de São Paulo. Posteriormente se tornou um respeitado jurista, chegando a ser Secretário da Justiça do Estado de São Paulo e Reitor da Universidade de São Paulo entre 1949 e 1950.

3.3.3.1 O Estado Moderno: Liberalismo – Fascismo - Integralismo

Nas primeiras páginas dos primeiros ensaios, Reale tecerá uma série de críticas a dois precursores do que viria a se tornar o liberalismo: os fisiocratas e o humanismo. Em relação aos primeiros, ele diz que seu erro não estava na afirmação de que a sociedade era governada por leis naturais, mas em dar a estas um valor ético. Sob essa perspectiva, a sociedade seria um sistema que agruparia uma série de forças combinadas de forma harmônica, e cuja única tarefa do indivíduo seria descobrir que leis/forças eram essas e simplesmente segui-las e a mesma lógica se aplicaria ao Estado, que não teria a função de direcionar a sociedade para um determinado fim ético, mas para fazer com que estas leis fossem cumpridas. Por fim, e talvez sua maior crítica aos fisiocratas, se encontre na ideia de que se colocar a

palavra “Economia” no lugar de “Natureza” nós acabaríamos no Materialismo Histórico. Com relação ao humanismo, a crítica parte da ideia de que os detentores de tais ideias (que ele cita como o “Século das Luzes” uma referência direta aos Iluministas) estariam tão preocupados em criar um pressuposto de sociedade racional, mas que estaria olhando pouco para a sociedade real, criando dessa forma, um tipo único de indivíduo que seria o mesmo em todo e qualquer local e preparado para seguir as leis da natureza.

Os primeiros traços de sua postura crítica ao liberalismo que se desenvolverá mais adiante já surgem nessas primeiras páginas, como uma consequência direta de suas críticas ao humanismo. Ainda sob o argumento de que este via o indivíduo como um ser igual em toda parte e uma espécie de folha em branco, e preparado para seguir as leis/forças naturais, nos é colocado que é justamente para esse indivíduo que é são proclamadas liberdades e direitos fundamentais, entretanto, isso não teria muito serventia, uma vez que segundo Reale, os adeptos do liberalismo político ou econômico seriam deterministas (Reale, 1983, p.16), o que faria com que o seu ideal de liberdade política fosse apenas algo exterior.

Após fazer uma série de leituras (e críticas) com relação ao que os principais autores do liberalismo pensavam e entendiam sobre o conceito de liberdade e sua relação com o Estado – como é o caso de Montesquieu que entendendo que após a distribuição de poderes e manutenção da ordem jurídica o Estado sairia de cena com seus objetivos concluídos – Ele concluiu que o liberalismo em si não seria sobre o que Estado deveria fazer, mas sobre o que não deveria.

Se o liberalismo representava a colocada do indivíduo sob o jugo das forças da natureza e de um determinismo imposto sob a ideia de que este nascia como uma folha em branco e igual em todos os locais, o socialismo representaria concomitante um gêmeo e um oposto. Gêmeo porque caía novamente na mesma lógica determinista da ideologia burguesa do período, oposto porque dessa vez não são as forças da natureza que subjagam o indivíduo, mas as forças produtivas.

Essas duas correntes de pensamento, além de serem entendidas como gêmeas opostas advindas da mesma visão determinista burguesa, também eram entendidas por Reale como incompletas diante do mundo que ele vivenciava. “O socialismo é a doutrina do homem econômico que não existe. Liberalismo sofisma

sobre o homem cívico” (Reale,1983, p.31). Seu erro, seria justamente a sua unilateralidade, que nesse caso significa a sua incapacidade de não tender a um dos elementos que lhe compõe. Entretanto, ainda que possua sua crítica ao marxismo, ele não nega que este teve uma certa importância, principalmente ao notar a relação entre fenômenos sociais e econômicos.

Essa sua crítica à unilateralidade acaba levando à sua ideia de síntese (conceito também discutido por Plínio Salgado e que pode ser novamente entendido como um precursor à metáfora do Sigma), isso é, as ideias políticas não devem e não podem ficar presas a um único autor ou idealizador, isso é, as descobertas e proposições feitas por autores devem ser unidas e sintetizadas juntamente com a síntese dos aspectos da realidade.

Reale (assim como seus companheiros de movimento) tinha uma interpretação pouco usual da democracia e não compartilhe a visão de que esta seria o governo do povo propriamente dito. Ele vai defender que o povo não deve participar de todas as soluções políticas se não a partir do papel de “revelador de um ideal comum” (Reale, 1983, p.49), logo, não poderia se autogovernar, mas nada impediria que posteriormente este estivesse em condições de fazê-lo. Conseqüentemente, o governo não deveria ser formado pela massa propriamente dita, mas por seus representantes mais capacitados.

A partir dessa linha de pensamento, a pergunta que Reale faz, posteriormente a essas afirmações e antes de explicar o seu próprio entendimento com relação à democracia, seja acertada e provavelmente a mesma que muitos dos observadores mais atentos fariam:

“Dentro desses princípios, a que se reduz a democracia?” (Reale, 1983, p.50).

Ainda que tal pergunta, no presente contexto, soe condescendente, ela é de extrema importância. Considerando que em uma espécie de espelho ao seu argumento com relação ao liberalismo e sua visão de Estado, ele não nos diz como a democracia deve se comportar, mas como ela não deve. Essa explicação vem agora.

A Democracia se comportaria a partir das elites intelectuais já formadas, que trabalhariam com objetivo de criar as condições individuais necessárias para aumentar a participação das massas dentro das classes dirigentes, em uma tentativa

de chegar no ideal do povo governando a si próprio. Podemos traçar aqui um paralelo com Plínio, com sua hipervalorização dos intelectuais como futuros membros da classe dirigente de seu Estado Integral, logo, tanto para o desenhista do Estado quanto para o futuro Chefe Nacional, os intelectuais aparecem como membros fundamentais.

Essa visão de democracia que Reale tinha, era entendida por ele como a diferenciação entre o “ser” e o que “deve ser”, os democráticos teriam enfraquecido a democracia ao tentar submeter a idealização à realidade. Visto que, como ele próprio destaca: “A democracia (entendida como governo do povo pelo povo) é um ideal, a expressão mais alta do ideal político” (Reale, 1983, p.50). Entretanto, ao defender um governo das elites, Reale não estava necessariamente defendendo um governo para as elites, a razão para a sua defesa de uma minoria no poder se baseava em sua crença de que o povo não possuía naquele momento uma aptidão política.

“Antes de dar voto às massas incultas (e no Brasil como isto é verdadeiro!) é necessário criar as condições indispensável ao exercício consciente do voto. No regimen fascista, integralista ou hitlerista, o indivíduo deve exercer direitos até onde sua capacidade permite” (Reale, 1983, p.105)

Não apenas a democracia, como também o liberalismo, teria sacrificado a realidade à idealização, utilizando de seus próprios termos, o liberalismo pouco via da realidade e se baseava em uma série de ficções, como a da bondade e igual natural e do equilíbrio dos egoísmos. Além disso, os autores dessa corrente falharam em enxergar a dualidade que existia entre sociedade e Estado, com a primeira sendo um organismo econômico-social e o segundo um organismo jurídico, conseqüentemente isso levou ao erro de utilizarem o indivíduo para tentar explicar o Estado sem enxergar os outros organismos que compõem a sociedade.

Todavia, tal ideal democrático defendido por esses autores não foi levado adiante, principalmente devido aos perigos que os ideais de igualdade que esta trazia aos seus interesses. Em uma tentativa de contornar essa situação, os teóricos do período preferiram dar ao termo “democracia” diversos novos significados, todos incapazes de produzir algum dano. Posteriormente, líderes durante o século XIX, ao notarem a incapacidade de levar adiante o ideal de Estado do Homem cívico, preferiram manter esses significados, mas seguirem apenas o que lhes era

conveniente no momento, o que fez com que Estado tivesse uma ausência de utilidade.

Um dos pontos mais importantes do liberalismo (ao menos sob a concepção de Reale) é a explicação totalmente jurídica que este possui do Estado, sob essa ótica, o Estado serviria para proteger o Direito. É preciso ressaltar que não se trata do “Direito” como conhecemos hoje, mas dos direitos fundamentais do homem, pensados pela doutrina liberal originária e pela Declaração de 1789, portanto, ao Estado Liberal caberia o papel de conservar os direitos naturais do indivíduo.

Dentre essas liberdades que tal Estado defende, uma delas (e quando olhamos com um olhar atento para a história, uma das principais) é a liberdade de comércio, que juntamente com a sua crença de que as forças econômicas se autorregulam, resulta no não intervencionismo econômico. Esse não intervencionismo perante o capitalismo, torna o Estado liberal refém deste, e passa a sofrer três ações destes: a aceitação dessa não intervenção, enquanto for útil ao capital; a proteção econômica necessária para poder competir internacionalmente e por fim o domínio de todos os Estados a partir de sua internacionalização. Deixando assim de ser “a síntese das aspirações nacionais, para ser um instrumento, uma máquina de guerra” (Reale, 1983, p.88).

Os Estados liberais, agora reféns do grande capital, fomentavam ódio e antigos ressentimentos uns contra os outros, ao mesmo tempo que muravam a si próprios com protecionismos e levavam adiante os imperialismos e colonialismos que teriam levado ao início da Primeira Grande Guerra. Isso levou a um erro de interpretação de ambos os lados: os nacionalistas sem entenderem os imperialismos como uma guerra do capital, exaltando a nação sem enxergarem o fato de estarem colaborando com o fim da nação; enquanto os anticapitalistas ao colocarem a nação e o grande capital como uma coisa só, se voltavam contra ela própria.

Esse capitalismo internacional é colocado na rota de suas críticas, sendo acusado de utilizar o Estado a seu bel-prazer com objetivo de satisfazer suas necessidades, Estado esse, que contraído de dezenas de empréstimos assiste sem nada poder fazer quanto ao “Estado supernacional-capitalista” (termo do próprio Reale). Sob essa égide dos Estados Liberais, o capitalismo internacional rebaixou a nação a uma máquina utilizada para produção e acumulação e se escondendo atrás

de uma cortina de um suposto nacionalismo, os capitalistas colocaram as nações europeias em uma violenta corrida imperialista.

Consequentemente, não seria possível levar adiante a Nação sem previamente combater o capitalismo. “Nacionalismo, sem anticapitalismo, é expressão vazia, motivo poético de política, ‘diletante’”. (Reale, 1983, p.92). Mas ainda que esta citação possa ser interpretada por uma lente marxista, Reale não propunha uma luta anticapitalista aos modos socialistas. Pelo contrário, esta deveria ser travada a partir dos moldes propostos pelo nacionalismo integral (Reale, 1983).

“(…)este nacionalismo, que nada tem que ver com o pseudonacionalismo capitalista, é o nacionalismo dos novos tempos. Chama-se Fascismo e Nazismo, Integralismo e Rooseveltismo, e tende a inspirar cada vez mais a obra de Stalin que os Trotskystas já acusam de se social patriotismo” (Reale, 1983, p.120)

Após a sua análise do Liberalismo, parte então para o segundo dos três pontos de sua obra: O fascismo. E coerentemente, ele inicia o ensaio analisando as fontes das quais o fascismo advém, e se utilizando do pensamento de Vicente Ráo, Reale coloca que o Bolchevismo, o Hitlerismo e o Fascismo advém de três fontes em comum: o socialismo sindicalista, a doutrina do direito objetivo, e por fim, a teoria e a técnica moderna na utilização da violência (Reale, 1983).

É preciso deixar claro que a maneira como o sindicalismo socialista presente no fascista, é diferente da maneira marxista propriamente dita, isso evita que caíamos em algumas armadilhas do senso comum atual. Dito isso, podemos voltar ao pensamento de Reale. O fascismo teria separado do fenômeno sindical (e econômico) as manobras políticas que teriam como objetivo utilizar os sindicatos como uma arma de partidos e de classes, ao invés de colocá-los dentro do quadro do Estado para garantir a presença dos produtores dentro das tomadas de decisão, porém, isso não faz com que o corporativismo dentro do fascismo o torne uma federação de sindicatos.

Há, porém, um problema dentro dessa lógica sindicalista: ela é uma espécie de espelho da lógica do liberalismo, uma vez que ela apenas coloca o sindicato no lugar do indivíduo e ao Estado, no lugar de garantidor dos direitos naturais é colocado o papel de um mero agregador que liga as profissões organizadas. Em outras palavras: é apenas uma consequência de forças maiores. Seria, portanto, um equívoco considerar o socialismo sindicalista como uma fonte do fascismo. O sindicalismo

continua presente aqui – como bem se sabe, o fascismo nasce a partir de sindicatos – apenas de forma diferente daquela interpretada pelos marxistas, que os veem mais como ferramenta de pressão derivada do antagonismo de classes, e não como parte do Estado propriamente dito.

O Fascismo italiano, como dito previamente ao longo desse texto, muito possivelmente foi uma das maiores inspirações da Ação Integralista Brasileira, logo, não é de se espantar que ele também possuísse um forte apreço (e talvez um misticismo) com relação ao Estado. Reale, nesse ponto, cita o próprio Mussolini ao colocar que o Estado é de certa forma eterno, sendo passado, presente e principalmente o futuro, se tornando, dessa maneira, uma espécie de consciência da nação. E este Estado pertenceria de fato ao povo, entretanto, não ao povo massa anárquica, mas o povo organizado de forma consciente do que ele sabe e do que ele quer.

No que tange aos direitos, o fascismo é a negação do dito “Direito Liberal” que é algo vazio e que não possui nenhuma garantia efetiva. Seu forte desprezo pela ampla participação popular também volta aqui, com os seus questionamentos em relação a de que valeria declarar todos politicamente livres, se o poder político é controlado por poucos donos de facção e quem determina os rumos da política são as grandes oligarquias e clientelas (Reale, 1983).

Dentro dos sindicatos, o trabalhador exerceria seu voto a partir de sua função ali, logo, não seria um voto clientelista ou um voto vendido, consequência da pouca importância que o “homem cívico” liberal dá a este, mas um voto consciente de sua parte. Portanto, o Estado fascista não seria um negador de direitos, mas um criador, já que tudo nele caminharia para um ordenamento jurídico.

Não se pode negar que o Estado presente no ideário fascista é uma instituição forte e que se utiliza da violência, entretanto, isso não significa que ele a utiliza apenas por poder fazê-lo. Pelo contrário, o Estado Fascista, coloca a violência junto ao direito de modo a não haver meios termos, caso a força não esteja ao lado do direito, ela estará ao lado do crime e apenas as ilusões liberais poderiam conceber a força e o direito de forma separada. Conclui-se, portanto, que a violência fascista não é uma violência anárquica, mas técnica.

Nos aproximamos agora dos momentos finais da obra, quando Reale começa a pôr em prática aquilo ao qual foi selecionado a fazer: desenhar o Estado Integral.

O primeiro ponto notório a se ressaltar é a negação da dicotomia Estado/Indivíduo presente no ideário liberal, para Reale, eles seriam concomitantemente meio e fim. Com o indivíduo sendo apenas uma peça cujo conteúdo só é entendido a partir do momento em que ele se integra ao Estado, uma vez que este permite o total desenvolvimento de sua personalidade. Em outro ponto de vista, o Estado ao se integrar com o indivíduo realiza a síntese de valores e deveres para a sociedade. Esse conceito orgânico de Estado também está (obviamente) presente no fascismo, que coloca que a nação tem vida e objetivos próprios que vão muito além, tanto em termos de duração quanto de potência aos indivíduos, estejam estes agrupados ou não, funcionando como uma unidade moral, econômica e política. Consequentemente, esse Estado, ao mesmo tempo que representa objetivos individuais, também estaria acima de todos, pois é a expressão de todos eles.

É a partir dessa ideia de que o Estado/Nação possuiria consciência que advém a ideia de que ele é concomitantemente um meio e um fim. É o primeiro, pois é o instrumento que os indivíduos se utilizam para exercer sua força e fim, porque se comporta da mesma forma que a sociedade o faria caso tivesse sua própria consciência (Reale, 1983). Como se pode notar, nessa concepção, os conceitos de Estado e de Nação se confundem em alguns momentos, o Estado como fim, só o é enquanto se identificar com a Nação e esta funcionaria, segundo a cartilha integralista, como uma junção de indivíduos que além de estarem sob o mesmo poder soberano e território, também possuiriam aspirações e objetivos interdependentes além do mesmo patrimônio cultural e espiritual. Em outras palavras: a nação funcionaria também funcionaria como uma síntese de vontades dos indivíduos e de seus direitos e deveres.

Como se pode presumir a partir de sua repulsa ao liberalismo, o Estado Integral se propunha a ser interventor da economia sempre que necessário. Entretanto, isso não significa que este deverá intervir na economia constantemente a ponto de inviabilizar o desenvolvimento de atividades dos setores privados.

“Mas há também atividades econômicas que, pela sua própria natureza, devem se desenvolver livremente, não podendo o Estado levar a sua

fiscalização até o ponto de estancar a iniciativa privada, diminuindo a produção pela diminuição dos interesses dos produtores.” (Reale, 1983, p.148)

Logo, podemos afirmar que ainda que se colocassem contra: o liberalismo, os bancos, o socialismo, as nações imperialistas e o capitalismo internacional, os integralistas não estavam negando o sistema capitalista propriamente dito. Mas o que exatamente estavam propondo? Eles propunham um desenvolvimento econômico tutelado pelo Estado, evitando assim tanto o individualismo do liberalismo quanto a completa despersonalização do indivíduo perante o socialismo.

O Estado Integralista teria em sua base os grupos profissionais, que seriam expressos a partir dos sindicatos. Estes, por sua vez, tendem a se interrelacionarem, uma vez que na produção de riquezas existem diversas profissões envolvidas. A organização destes sindicatos não segue a visão marxista de sindicatos, mas uma visão baseada em uma representação nacional de profissões organizadas (Reale,1983). E a partir do momento que o sindicato é colocado sob a base desse Estado, ele deixa de ser um ator individual para se tornar um ator do direito público e a corporação passa a ser o órgão institucional do Estado.

4. Lideranças Intelectuais e Ideológicas da Nova Direita

4.1 Contexto

Antes de adentrar o contexto do movimento político chamado de “Nova Direita”, talvez seja necessário um adendo: este trabalho não pretende argumentar se a Nova Direita, Bolsonarismo ou quaisquer outra denominação ou subdivisão que este movimento venha a posteriormente ter, é um continuador direto das ideias de Plínio e de seus colegas de AIB e tampouco se debruçar diante do debate de que se movimento possui ou não um cunho fascista. A sua recenticidade e de seus desdobramentos inviabilizaria quaisquer conclusão real de minha parte. Portanto, o objetivo dessa segunda metade do trabalho se concentrará em traçar paralelos entre os intelectuais e lideranças ideológicas de ambos os movimentos e avaliar o que podemos concluir em relação a estes quando colocados frente a frente.

Assim como o Movimento Integralista, a chegada dessa Nova Direita ao poder, não surge a partir de uma única faísca, mas é um resultado de um longo processo que

confluiu dezenas de grupos sociais e acontecimentos históricos que resultaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, em um processo marcado por polêmicas e estratégias consideradas por muitos como desonestas. Cronologicamente estes acontecimentos podem ser organizados na seguinte ordem: o Junho de 2013, a Operação Lava Jato, o Impeachment da então Presidenta Dilma Rouseff em 2016 e pôr fim a prisão do ex (e atual) presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos esses acontecimentos tiveram como consequências um desgaste da política em suas mais diversas camadas, a ligando diretamente à ideia de ineficiência e corrupção, fazendo com que houvesse um terreno fértil para figuras supostamente fora do sistema e que se colocavam contra tudo e contra todos, dispostas a trazer mudanças radicais.

Nos meses de junho e julho de 2013, o país foi palco de intensas manifestações que ficaram posteriormente conhecidas como Jornadas de Junho. No período em que este trabalho está sendo escrito se completaram dez anos desde o começo das jornadas, e é quase (se não totalmente) impossível escrever sobre os rumos políticos que deram origem ao que ficou conhecido como Nova Direita sem levá-las em consideração. Uma vez que as manifestações que inicialmente tinham como principal objetivo uma diminuição da tarifa de ônibus, rapidamente – e com um apoio da mídia corporativa – se degeneraram para um movimento apartidário que em muitos casos se voltou contra a política como um todo.

A gênese das jornadas ocorre quando o MPL (Movimento Passe Livre) chama as primeiras manifestações em São Paulo contra o aumento de vinte centavos na passagem de ônibus, logo, fora por um objetivo que em momento algum esperava-se chegar na proporção que chegou atravessando o país afora, principalmente quando se nota que manifestações com as mesmas motivações já haviam ocorrido anteriormente, como fora o caso da “Revolta do Buzu” em 2003 na cidade de Salvador, e a “Revolta da Catraca” ocorrida entre 2004 e 2005 em Florianópolis.

A reação da grande mídia inicialmente foi rechaçar os manifestantes, colocando-os como vândalos e pedindo uma maior repressão por parte da prefeitura (que na época era ocupada por Fernando Haddad) e do governo do estado (ocupado por Geraldo Alckimin). E inicialmente essa repressão veio, com diversos momentos de truculência e violência desproporcional contra manifestantes e jornalistas por parte da Polícia militar.

As tentativas da mídia corporativa de ignorar – e em alguns casos justificar – esses atos de violência foram rapidamente inviabilizados, principalmente pela mudança de rumo ocorrida nos protestos após a manifestação do dia 14 do mesmo mês, em que um número consideravelmente maior de manifestantes apareceu e conseqüentemente houve também um crescimento da repressão. Essa repressão foi amplamente divulgada na internet com a ajuda das redes sociais, fazendo com que as tentativas midiáticas de tentar esconder o acontecimento já não fossem mais possíveis, começando assim, a surgir o entendimento de que apenas uma repressão policial e uma demonização das manifestações não seriam o suficiente para findá-las.

Após o fracasso midiático, o próximo passo foi uma tentativa de controlar as pautas e as lideranças dessas “Jornadas”, mantendo-as longe dos partidos de esquerda e que colaborasse para tornar essas manifestações em uma grande folia midiática (Calil, 2013). Nos dias posteriores a narrativa dos grandes jornais mudou significativamente, passando de uma posição totalmente contrária para uma simpatia que além de clamar por um caráter apartidário das manifestações, também colocou o descontentamento das pessoas com os casos de corrupção e com a própria política como motivo para esses protestos (Medeiros, 2014). Entretanto, isso não necessariamente significa que os protestos após esse “apadrinhamento” da grande mídia assumiram um caráter conservador, como grande parte do senso comum petista alega, mas sim que elas ocorreram de forma ideologicamente confusa (Calil, 2013) contando com presença de diversos grupos tanto ligados a alas consideradas de esquerda quanto à alas da extrema-direita incluindo defensores da ditadura militar, ultraliberais e integralistas.

Se as Jornadas de Junho trouxeram um descrédito para a política de forma ampla, afetando tanto governos de esquerda quanto de direita, a Operação Lava Jato trouxe para essa massa de indivíduos descrentes com a política o principal inimigo da nação e seu salvador: o PT e o ex-juiz Sérgio Moro respectivamente. Entretanto, ainda que o PT tenha sido demonizado graças à ampla campanha midiática que agira junto da operação, seria um erro considerar que ele fora o único prejudicado por esta, chegando ao ponto de muitas agremiações a tirarem o termo “partido” de seus nomes (Braga; Contrera; Cassotta, 2018).

Supostamente baseada na Operação Mãos Limpas ocorrida na cidade italiana de Milão em 1992, a Operação Lava Jato iniciada em 2014, fora uma operação de combate a corrupção que se iniciara com a investigação do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato para movimento de recursos ilegais – principalmente ligados a doleiros – por uma das várias organizações criminosas investigadas (Kerche, 2018). Essa operação ainda que tenha começado relativamente “pequena” trouxe à tona grandes escândalos de corrupção relativos à grandes empresas tanto estatais (Petrobrás) quanto privadas (Odebrecht), políticos ligado à esquerda e à direita, além de ser responsável por centenas de prisões – sejam elas preventivas, em flagrante ou mesmo temporárias -, um enorme impacto econômico e ainda que não tenha sido diretamente responsável, influenciou significativamente o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (Kerche, 2018). Conseqüentemente, o PT também teve seu apoio popular diminuído, o que possivelmente facilitou a aceitação da colocada do partido (e da própria esquerda) como um dos principais responsáveis por todos os males que afligiam o país e que posteriormente levou à prisão do então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A operação Lava Jato como quase todos os acontecimentos históricos fora (e ainda é) alvo de várias interpretações e disputas de narrativas. Porém, para além das discussões infrutíferas sobre quais os verdadeiros interesses de tal operação, uma coisa se pode afirmar: ela se beneficiara da cobertura diária dos veículos da grande mídia brasileira, que ajudaram a disseminar suas investigações e conclusões para o senso comum da população, servindo como uma maneira eficiente de desgastar tanto a imagem da política como um todo, quanto a imagem do Partido dos Trabalhadores, que ficara para sempre associado a casos de corrupção.

Não nos cabe julgar se o impeachment de Dilma Rousseff fora de fato legítimo ou se fora um golpe de Estado estruturado e permitido pelo legislativo e judiciário, visto que é um debate demasiadamente extenso e que se espalha para muito além do território da ciência política. Porém, é inegável que o impeachment foi um marco importante para uma (quase) total desmoralização dos Partidos dos Trabalhadores e uma facilitação da aceitação de quaisquer aventureiro que viesse a se colocar como “anti-PT”, que pode ser traduzido para “contra tudo que está aí”. E ainda que a razão oficial do impeachment tenha sido as Pedaladas Fiscais supostamente realizadas por

Dilma, dificilmente poderíamos colocá-las como as únicas causadoras para tamanho ato, uma vez que como nota Moreira e Veronez (2021):

“No plano político, vários fatores contribuíram para a destituição de Dilma Rousseff, como a instabilidade política, a crise econômica, a insatisfação popular, os escândalos de corrupção, o embate com o empresariado nacional e com os partidos da base aliada. Já no plano jurídico, alega-se que a ex-presidente teria editado decretos para a abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional e atrasado o repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, referente ao Plano Safra de 2015”

A prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva³ – que era o preferido frente ao então candidato Jair Bolsonaro⁴ – também fora algo primordial para a consolidação da Nova Direita frente ao mainstream político. Com os constantes ataques midiáticos e os desdobramentos do próprio contexto político, não apenas a figura do Partido dos Trabalhadores ficara no senso comum como responsável por todos os males do país, mas também a figura de Lula. Conseqüentemente, sua prisão ocorrida em uma das muitas fases da operação Lava-Jato – que sofrera uma grande espetacularização por parte da grande imprensa, indo desde cortes do julgamento divulgados na internet até premiações a Sérgio Moro⁵, juiz responsável pelo caso – servira para sedimentar a associação direta do ato de corrupção ao partido dos trabalhadores.

Pode-se concluir, portanto, que a chegada da chamada Nova Direita no poder, representada principalmente na vitória de Jair Messias Bolsonaro frente ao candidato do PT Fernando Haddad na eleição presidencial de 2018, deu-se por diversos fatores, combinando as conseqüências de um contínuo e amplo desgaste da política ocorrido a partir da descoberta de diversos escândalos de corrupção envolvendo partidos políticos, a cobertura espetaculosa por parte da mídia em operações policiais como fora o caso da Lava Jato e uma má articulação política da então presidenta Dilma, que resultara diretamente em seu impeachment e mais adiante na prisão de Lula.

³<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/02/06/lula-e-condenado-em-acao-da-lava-jato-sobre-sitio-de-atibaia.ghtml>

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>

⁵ <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/moro-recebe-de-doria-premio-de-pessoa-do-ano-em-ny>

4.2 A Nova Direita

A chamada nova direita é ideologicamente difusa, trazendo características e frentes distintas, que variam desde um conservadorismo religioso até um (aparente) radicalismo antissistema. No caso brasileiro podemos citar três exemplos de frentes notórias: o MBL que mesclou o sentimento antissistema vindo das Jornadas de Junho de 2013, com uma ideia de juventude e empreendedorismo; o Partido Novo, que representou em grande parte um empresariado ultraliberal; e por fim o próprio Bolsonarismo, que como veremos mais adiante trouxe características dos dois movimentos anteriores e ainda agregou um conservadorismo extremado. Como Luís Felipe Miguel (2021) coloca, as alas mais extremadas da direita brasileira se enquadram em três eixos principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado do período da Guerra Fria, podendo um ou mais destes eixos se inter cruzarem. E isso se reflete diretamente em muitos dos comportamentos tanto da Nova Direita como um todo, quanto do bolsonarismo, para exemplificarmos podemos nos utilizar discursos de muitos liberais extremados, como é o caso de Rodrigo Constantino, cujos discursos possuíam um inflamado anticomunismo e uma engrandecida defesa do livre mercado e do liberalismo. Ou mesmo a figura de Bolsonaro, que mesclara todos esses eixos em sua própria figura, dando discursos concomitantemente cristãos e ferrenhamente anticomunistas⁶, além de ser um aliado do mercado (sobretudo no que tange suas reformas pró-mercado, como fora o caso da Reforma da Previdência, aprovada em 2019).

Essa incoerência ideológica do movimento, tendo os seus grupos poucos elos entre si – que coincidentemente ou não muitas vezes se baseiam em um ódio à esquerda e uma defesa exacerbado de um liberalismo econômico ou ao que quer que eles considerem como tal – é a primeira diferença que se pode notar com os intelectuais da Ação Integralista Brasileira descritos previamente neste trabalho. Os três autores descritos, ainda que apresentassem algumas diferenças entre como se chegar e construir o Estado Integralista ou sobre quais seriam os passos a dar em seguidas, todos orbitavam a construção desse Estado autoritário, enquanto os intelectuais da chamada Nova Direita estão pulverizados em alas diversas, indo de

⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022694-bolsonaro-peco-a-deus-que-brasileiros-nao-experimentem-dores-do-comunismo.html>

grupos libertários que defendem um livre mercado irrestrito baseando-se principalmente nos ensinamentos do economista Ludwig von Mises, até grupos que pregam a volta da ditadura militar no Brasil

Porém, o que os une ao campo do autoritarismo ao qual a AIB se encontra, é a sua ojeriza a tudo que se assemelhe – ou ao menos o que pareça se assemelhar – a um governo de esquerda. E ainda que em muitos casos tais governos apresentem poucas ou nenhuma semelhança com o regime soviético, estes não deixam de ser vistos como socialistas/comunistas por parte desse movimento.

Chaloub e Perlatto (2016) argumentam que dentro do movimento da Nova Direita há duas subdivisões: A direita teórica e a direita militante. As características de cada uma delas serão discutidas mais adiante, porém, nosso foco se destinará aos seus pontos de convergência que inconscientemente trazem as características intrínsecas dessas duas vertentes do movimento e conseqüentemente suas características como um todo.

O primeiro deles é a ideia de que haveria uma ausência de virtudes na cultura nacional, estando muito presente na direita teórica. Juntamente a isso, existe também uma recusa de se analisar os contextos distintos em que as culturas são forjadas, tendo como consequência uma naturalização das culturas vindas dos países dominantes e sua aceitação como um cânone, sendo apenas ele digno de ser chamado de cultura. A cultura e história nacional seriam enxergadas como: “uma sequência de equívocos” (Chaloub, Perlatto; 2016. p.33)

A esquerda (ou mesmo simpatizantes) é colocada como a principal responsável por todas as aflições pelas quais o país passou e ainda passa. E isto se daria pelo fato de que haveria uma predominância da esquerda no âmbito intelectual e político nacional, que teria começado, segundo alguns autores, como Olavo de Carvalho, após o período da ditadura militar brasileira. E esse argumento se desdobra na esquerda passar do campo de mero opositor político, para ser enxergada como um inimigo político, que deve ser combatido a todo custo.

Os pensamentos de esquerda são atacados e acusados de serem devaneios abstratos que são completamente alheios – podendo ser por má-fé ou por uma incompetência propriamente dita – diante do mundo real. Enquanto o pensamento da direita seria pautado no mundo real e que, portanto, teria maior capacidade de representação deste. Deste descolamento da esquerda do mundo real, decorreria

outro argumento: de que o pensamento esquerdista é essencialmente maléfico e uma patologia psíquica. Existem dois campos em específico que a Nova Direita acusa de terem uma representação mais afastada da realidade por parte da esquerda: a Ditadura Militar e o Golpe de 1964, o que não necessariamente algo surpreendente quando é analisado a crescente quantidade de cartazes pedindo a volta da ditadura em protestos recentes.

As direitas passam a colocar seus interesses como interesses e opiniões em comum com toda a população, com suas pautas muitas vezes se assemelhando-se com crenças do senso. As pautas da esquerda passam a ser vistas como alheias dos reais interesses da população no geral, sendo apenas tentativas de um grupo político-social hegemônico de cumprir os objetivos que lhe beneficiem. O que faria com que as massas ficassem cada vez mais distantes do poder, em contraposição da direita que as representariam fielmente. Os argumentos para comprovar tais ideias se dariam justamente a partir de uma chamada do senso comum em temas como direitos das mulheres e minorias.

Houve também uma dupla aceitação entre as divisões dentro da própria direita, com os conservadores se omitindo (ao menos até o momento) de seu antigo temor de que a lógica da mercadoria necessária para o funcionamento do capitalismo, impossibilitaria os valores que sustentam as sociedades tradicionais e com os liberais assumindo a visão moralizante dos conservadores. Essa dupla aceitação, nasce a partir da criação do inimigo em comum inerente à lógica desse movimento.

E o último ponto de convergência, destacado pelos autores, se dá em seu antipetismo. O Partido dos Trabalhadores sempre é colocado sob a ótica da corrupção, porém, as críticas vão muito, além disso, chegando muitas vezes a criticarem até mesmo a constituição do partido e seus aliados frente ao governo. Não é algo incomum que estes se utilizem de nomes pejorativas a diversos membros do partido, indo desde a ex-presidente Dilma até figuras mais recentes como o atual Ministro da Justiça Flávio Dino. Além disso, o PT passa a ser visto como o “representante maior do comunismo maior nas terras nacionais” (Chaloub, Perlatto; 2016), o que faria com que não houvesse uma democracia de fato no Brasil.

Ainda se mantendo dentro do campo teórico estabelecido por Chaloub e Perlatto, é preciso destacar, que o protagonismo destes intelectuais diante da esfera pública está diretamente ligado a transformações ocorridas dentro da indústria cultural

brasileira, principalmente no que se refere ao mercado editorial e aos jornais de grande alcance. A primeira transformação se refere a um crescente interesse do grande público em livros caracterizados com perfis conservadores e de direita, enquanto a segunda é resultado do alargamento do espaço dado a colunistas “ideológicos” (Chaloub, Perlatto, 2016) dentro desses jornais. Não se pode ignorar a também crescente popularização da internet, que fez com que a popularidade destes autores aumentasse consideravelmente, fazendo com que estes assumissem uma grande capilaridade social (Chaloub, Perlatto, 2016).

Por fim, com objetivo de facilitar o entendimento a seguir elenco suas principais características: um fundamentalismo religioso; libertarianismo radical; um anticomunismo vindo diretamente da Guerra Fria, que constantemente se mescla com o antipetismo; uma idealização da cultura estrangeira em detrimento da cultura nacional; a mescla total do liberalismo econômico com o conservadorismo moral, que se apresenta muitas vezes sob o discurso: “liberal na economia e conservador nos costumes”; a culpabilização das esquerdas por todos os problemas que o país já passou; a colocada do pensamento de esquerda como algo feito para beneficiar apenas uma minoria política e afastado da realidade, enquanto a direita estaria muito mais próxima dos reais interesses e ideias da população.

4.2.1 Autores

Por se tratar de um movimento pouco coeso ideologicamente – possuindo características advindas dos mais diversos tipos de direita e movimentos conservadores – torna-se uma tarefa complicada e um tanto quanto polêmica, considerando a vastidão de autores que poderiam ser colocados dentro desse flexível conceito. Poderíamos trazer autores dos mais diversos ramos acadêmicos, jornalísticos, passando por youtubers e até por alguns economistas que se arriscaram a servirem de cientistas políticos. Porém, torna-se necessário distinguir os membros desse movimento com aqueles que estavam meramente contra os governos de esquerda que assumiram a cadeira presidencial de 2013 a 2016.

Segundo Chaloub e Perlatto (2016) os intelectuais da Nova Direita, podem ser colocados dentro de dois grupos: a direita teórica e a direita militante. E para o escopo desse trabalho, serão utilizados um representante de cada um desses grupos, sendo

eles: Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, respectivamente. Os pertencentes à direita teórica, diante do debate público, se utilizariam de argumentos de grande duração temporal, logo, as suas razões para sua recusa dos argumentos esquerdistas, estariam para muito além do momento atual. A política contemporânea, é uma parte importante dos seus debates, porém, ela é vista sob uma ótica de maior abrangência, mesmo que aparente distância do assunto então proposto. Seus autores trazem um rico referencial teórico, muitas vezes submergindo intelectuais menos conhecidos ou pouco utilizados, a fim de mostrar uma precariedade do debate político. (Chaloub, Perlatto; 2016)

A direita militante, por outro lado, seria formada majoritariamente de polemistas políticos e que enxergam as problemáticas através de uma ótica mais imediata, fazendo com que seus embates políticos sejam com “inimigos” próximos de si. Outra característica é sua tentativa de soar eruditos diante do debate público, citando uma grande quantidade de autores, que muitas vezes estão ligados a um liberalismo econômico radical, se focando em figuras como Mises e Hayek e mesmo em alguns autores da direita teórica descrita logo acima.

Portanto, as obras as serem discutidas aqui: “O Imbecil Coletivo – Atualidades Inculturais Brasileiras” de Olavo de Carvalho e “Contra a Maré Vermelha – Um liberal Sem Medo de Patrulha” de Rodrigo Constantino, não foram escolhidos por acaso, mas como bons exemplos desses dois grupos.

4.3.1 Olavo de Carvalho

Carvalho, assim como Plínio Salgado, diante o senso comum é um personagem um tanto quanto polêmico. Sendo considerado por alguns como um mero astrólogo que, mesmo sob inúmeras tentativas, jamais conseguira chegar ao establishment filosófico brasileiro, que tanto criticara em suas obras – sobretudo aqueles advindos da Universidade de São Paulo – enquanto outros o tratam como um excelente exemplo de intelectual conservador que estava muito além desse establishment.

Mas para além de suas discordâncias intelectuais e políticas, de suas severas críticas a figuras e ideologias de esquerda, é fundamental analisar seus discursos e como estes influenciaram os discursos dos movimentos de extrema-direita mais recentes no Brasil

Nascido em 29 de abril de 1947 em Campinas, no interior do estado de São Paulo, Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, para além de principal influência no Governo de Jair Messias Bolsonaro – e de muitos outros movimentos de extrema-direita desde o início do século XXI – fora também muitas coisas, dentre as quais: professor, jornalista, filósofo, influenciador digital, ideólogo, astrólogo, escritor, teorista da conspiração entre outras coisas.

Assim como os autores integralistas aqui previamente discutidos, a vida de Carvalho também fora demasiadamente agitada, tendo passado rapidamente pelo Partido Comunista nos anos 60 e já abandonado a faculdade de filosofia por considerá-la de má qualidade (Calil, 2021). A partir de 1967 passara a escrever para grandes jornais, profissão essa que manteve por um longo período, se concretizando como um colunista de direita. Entretanto, o que pouco se fala de sua biografia é o fato de que mesmo sendo um ferrenho defensor do cristianismo, se aventurara por meios esotéricos, como demonstram Teitelbaum (2021) e Calil (2021) ao trazerem à tona o fato de que Olavo além de ser adepto da religião Tradição, também participara de uma Tariqa nos EUA no início dos anos 80 e posteriormente decidindo abrir sua própria em solos brasileiros em meados de 1985. Porém, a seita deteriorou-se rapidamente, fazendo com que poucos meses depois de sua criação ela já deixasse de existir.

Fora a partir da década de 90 que sua reputação como ideólogo conservador passara a ser difundida, esta, entretanto só começaria a se consolidar de fato a partir da criação do site “Mídia Sem Máscaras” em 2002 que durante muito tempo fora o principal difusor das ideias de Carvalho (Calil, 2021) e que funcionara durante mais de uma década. Com o advento da rede sociais ele se tornara ainda mais popular, principalmente em momentos de grande efervescência antipolítica, como fora o período de 2013 em diante. Com seus cursos funcionando sob muitas vezes o fascínio de seus alunos diante da figura de si próprio, como nota Michele Prado (2021):

“E esse fascínio era, parcialmente, explicável: além do sentimento de pertencimento a um grupo que se considerava uma elite intelectual que iria executar um “resgate da alta cultura no Brasil”, Olavo fazia sentirem-se muito especiais, muito acima de todos aqueles que não eram seus alunos. Com sua vasta bagagem cultural e intelectual, conhecimento em programação neurolinguística e, o mais importante, as centenas de humilhações públicas que ele e outros alunos executavam contra aqueles que não aceitavam ser completamente submissos e devotos à sua autoridade, Olavo introduzia nos

seus alunos um enorme sentimento de orgulho, superioridade e invencibilidade que, tornando-os fanáticos em prol de sua figura, resultaria em pessoas sem limites morais conforme testemunhamos.” (Prado, 2021, p.43)

Esse fascínio que seus alunos colocavam diante de sua figura muitas vezes se assemelhavam com uma lógica de culto, em que a figura de Olavo não podia ser alvo de contestação, e quando o era, ocorria os ataques públicos por parte do supostamente autodenominado filósofo, e que era seguido por uma defesa por parte de seus alunos:

“A partir de ataques públicos de Olavo contra alunos ou personalidades públicas que o contestavam, seguiam-se dezenas de testemunhos de outros alunos em defesa do professor. Em seus aniversários, os textos eram similares a testemunhos de conversão religiosa. A imagem que criavam de Olavo era sempre de salvação, quase um santo (...)” (Prado, 2021, p.44)

Porém, sua figura já era praticamente intocável antes mesmo de sua vinculação oficial ao governo de Bolsonaro, visto que desde 2005 – coincidentemente ou não período de um governo de esquerda no Brasil – ele estava autoexilado nos Estados Unidos, fazendo com que pudesse tecer suas críticas sem que houvesse uma consequência direta. Fora a partir desse período e com a ajuda de seu site “Mídia Sem Máscara” que sua reputação se consolidara por completo, emulando um estilo humorístico agressivo em uma tentativa de trazer a ideia de uma suposta autenticidade (Calil, 2021). Porém, fora apenas a partir de 2013 que sua reputação furara a bolha da direita e levara sua imagem para o grande público, aparecendo até mesmo em cartazes e bordões em manifestações posteriormente.

Fora também nesse período que a aproximação de Olavo com a família Bolsonaro se iniciara, com os filhos e até mesmo o então deputado Jair Bolsonaro tendo uma identificação e certa admiração com o autor, visto que ambos compartilhavam um desdém pelas universidades e pela mídia brasileira (Teitelbaum, 2020). Além das semelhanças entre ambos, fora a ideologia olavista que deu as bases necessárias para o futuro presidente adentrar os movimentos e manifestações de direita no período pré-impeachment entre 2015 e 2016, fazendo com que não apenas se constitui-se como uma alternativa eleitoral viável, mas também que trouxesse uma unificação entre os vários grupos de direita (Calil,2021). A articulação com Steve

Bannon também veio – ainda que indiretamente – de Olavo, mais especificamente de um de seus alunos: Filipe Martins. Tal articulação serviu para unir Brasil e EUA em uma espécie de alinhamento com o “ocidente judaico-cristão”.

4.3.1.1 O Imbecil Coletivo – Atualidades Inculturais Brasileiras

Publicado inicialmente em 1997, *O Imbecil Coletivo – Atualidades Inculturais Brasileiras*, é o final de uma trilogia começada em “A Nova Era e a Revolução Cultural – Fritjof Capra & Antonio Gramsci” e seguida por “O Jardim das Aflições – De Epicuro à Ressurreição de César”. Tendo sido escrito principalmente a partir da junção de uma série de notas de Olavo de Carvalho feitas em relação ao noticiário cultural brasileiro, entre o período de 1992 e 1996, é demasiadamente complexo trazer as ideias do autor de forma coesa, seguindo exclusivamente a ordem descrita na obra, considerando que a maior parte de suas ideias estão esparsamente fragmentadas em diversos textos sobre os mais diversos assuntos. Portanto, para fins didáticos, esse trabalho não seguirá a ordem proposta pelo autor.

Talvez antes mesmo de começarmos a explicar as ideias presentes na obra, seja preciso analisarmos a “inocência”, “humildade” ou até mesmo um sentido de desconfiança de suas próprias ideias que o autor traz logo em seu primeiro parágrafo, e que podemos utilizar para trazer ordem ao caos: a alegação de que as anotações que compõem a obra não pretendem “(...) traçar diagnóstico de conjunto, mas indicam fortemente no sentido de uma suspeita: a suspeita de que algo no cérebro nacional não vai bem.” (Carvalho, 1997, p.31). Entretanto, há um diagnóstico ao longo da obra de quem são os culpados pela má saúde do cérebro nacional: os intelectuais – que são em sua grande maioria de esquerda-, o gramscismo cultural, outro nome do marxismo cultural –, a juventude, os filósofos da USP, os marxistas, entre muitos outros. Portanto, existe um diagnóstico em suas escritas, sendo o que veremos mais adiante.

Como se pode presumir, grande parte da obra é destinada a criticar severamente os intelectuais brasileiros, que seriam incapazes de ter qualquer tipo de pensamento independente de sua “matriz intelectual”, que outrora fora na França e que agora localizada nos Estados Unidos. Porém, essa mudança teria vindo em um

momento pouco fortuito, uma vez que segundo o autor a intelectualidade dos EUA nesse mesmo período teria entrado em um grande declínio intelectual, o que deixaria nossos intelectuais perdidos no que tange a escolha de suas influências.

A derrocada do marxismo coincidiu com uma suposta ascensão das esquerdas no plano nacional, entretanto, isso também significou que elas agora não teriam mais um modelo para servir de inspiração, fazendo com que tivessem de se agarrar nas migalhas da intelectualidade americana. Conseqüentemente, a esquerda acabou por dominar áreas estratégicas nestes meios, como as universidades, as comunicações e o mercado literário, fazendo com que tivessem amplo domínio da vida cultural do país (Carvalho, 1997). E ainda: esse declínio intelectual ocorreu concomitantemente com o crescimento dos meios de difusão de cultura: aumento das verbas para cultura, aumento das vagas para universidade, ampliação da indústria de livros, abertura de espaços para jornais de televisão, etc. Sob essa lógica: quanto maior a quantidade de meios para se expressar as ideias, piores e mais vazias serão estas.

Suas críticas, alegações ou mesmo paranoias ao redor do marxismo se focam majoritariamente em um único ponto: o gramscismo cultural. Como o próprio nome sugere, tal ideia advém dos escritos do filósofo italiano e marxista Antonio Gramsci – que aparecerá muito nos próximos parágrafos – cuja estratégia seria a razão para grande parte dos universitários e intelectuais estarem ligados diretamente à esquerda. Uma vez que segundo essa teoria, nos anos 60, após a derrota da esquerda em suas táticas de guerrilha contra a ditadura vigente, ela teria se alocado dentro das universidades brasileiras, e a partir desse lugar passou a definir o que seria a intelectualidade no país, que a sob a leitura de Gramsci feita pelo autor, seria qualquer um que possuísse meios de divulgar a ideologia revolucionária marxista. E o fim da ditadura militar não significou uma desistência dessa “tomada de poder” da vida intelectual, pelo contrário, significou um agravamento do poder da esquerda nesse meio, podendo definir quem era e quem não era um intelectual.

O “Imbecil Coletivo” ao qual o título do livro se refere, faz referência à ideia de “Intelectual Coletivo”, ideia de que Carvalho atribui a Antonio Gramsci. Segundo Olavo, o Intelectual coletivo (ou o Partido) seria um meio de homogeneizar o pensamento das pessoas através de propagandas, gerando as mesmas ilusões nelas. Esse Intelectual seria formado por indivíduos:

“(...) que por si não têm consciência nenhuma, têm em comum o maior desprezo pelos argumentos e provas e um gosto pronunciado pela ação psicológica que vai moldando os sentimentos da massa sem dar margem a discussões nem prestar satisfações à exigência de uma “verdade”.” (Carvalho, 1997, p.58)

E este seria formado não apenas de intelectuais no sentido pertencente ao senso comum do termo, mas principalmente de um grande número de jovens “pseudoletados” (Carvalho, 1997, p.34) que apenas repetiriam frases prontas e de preconceitos. Mas isto nos leva a pergunta: então o que exatamente seria o “Imbecil Coletivo”? Colocando sobre os ombros dos intelectuais, o Imbecil Coletivo seria uma grande quantidade de pessoas com inteligência de nível mediano ou até mesmo alto, que seriam movidas por um sentimento em comum de se estupidificarem mutuamente. E tal ideia é demonstrada ao longo de toda a obra, em que diversos desafetos do autor trazem ideias discordantes das suas, e ele os coloca dentro desse grupo de pessoas, alegando muitas vezes que eles estão sendo defendidos pelo gramscismo cultural presente nos meios intelectuais ou pelos interesses editoriais.

A partir da teoria conspiratória do gramscismo cultural, caminhamos para sua ideia de *Intelligentzia*, que seria um grupo de pessoas empenhadas em tarefas científicas, filosóficas ou artísticas que estariam em frequente contato umas com as outras com objetivo de colaborarem mutuamente para algo que eles acreditam ser um progresso tanto político quanto social da humanidade. É importante ressaltar que não são todos os intelectuais que participam deste suposto grupo seleto de pensadores – que pode em alguns casos soar como um culto secreto – mas apenas aqueles que estão em contato entre si e que possuem interesses em comum de progresso da humanidade. Conseqüentemente, a *Intelligentzia*, sob esse pensamento seria a nova elite global, e que diferentemente da antiga burguesia que precisava dos intelectuais para passarem seus ideais e que sofria com as constantes mudanças de lado dos intelectuais, esta nova classe não teria tais problemas, visto que ela própria seria formada por intelectuais. Esta nova elite dirigente, entretanto, estaria escondida e afastada do indivíduo comum em diversos sentidos: cultural, visto que viria de colégios de elite com educação superior às escolas públicas; geograficamente, advindo de condomínios fechados e de luxo; e por fim, linguisticamente, com esta elite dominante a linguagem que os indivíduos fora dela pouco entendem. (Carvalho, 1997)

Entretanto, também não se pode acusar a *Intelligentzia* de ser o “sistema” (me utilizo do termo “sistema” como sinônimo de establishment político/econômico/intelectual neste caso), visto que isso é algo que ela também não é, considerando que ela se opõe a outros “sistemas” quando lhe convém, principalmente quando, segundo o autor, esta passara trinta anos apoiando o regime da União Soviética e injuriando qualquer um que discordasse dela. As contradições continuam: o mercado e *Intelligentzia* não necessariamente são sempre inimigos, supostamente estaríamos vivendo em um momento em que esta teria monopolizado o mercado com a fim de acabar com qualquer opinião que lhes desagradem.

Olavo, também acusa a classe letrada, de ser o que ele chama de intelocrata: que seria responsável pelo sucesso ou fracasso das produções culturais brasileiras, assumindo “o papel de guardas de trânsito: deixam passar ou não deixam.” (Carvalho, 1997, p.126). Podemos presumir, portanto, que exista uma classe dominante dentro da nova elite global, que dita quem pertence e quem não pertence a esse grupo cabalístico, que por sua própria incompetência é responsável pela suposta estagnação cultural do país. E essa incompetência da intelectualidade brasileira (ou da *Intelligentzia* brasileira, ou do gramscismo cultural) é motivada pela antiga influência da *Comintern* (Também conhecida como Internacional Socialista) que ao impor aos intelectuais brasileiros sua obsessão com os seus interesses de classe, os tratava como instrumentos para uma futura luta de classes e a solução mais óbvia seria um reexame da nossa intelectualidade sem as velhas influências marxistas.

Nem mesmo o nacionalismo está seguro das críticas severas que Olavo transborda a todos os momentos. Ele traz uma visão pouco usual do nacionalismo presente em terras brasileiras, traria o julgamento de algo não por seu próprio valor, mas por quanto o objeto seria brasileiro, isso é, a utilização da nacionalidade como critério valorativo. A problemática sob as palavras de Olavo:

“O nacionalismo é, neste sentido, um hábito ou pressuposto, compartilhado de maneira implícita ou explícita, consciente ou inconsciente, pela maioria das pessoas que se ocupam de cultura neste país: antes de se pedir a um romance, por exemplo, que seja belo, profundo ou verdadeiro, exige-se que seja “nacional” na linguagem e nos temas. Se ele tiver esta qualidade, a falta de quaisquer outras não parecerá grave. A recíproca não é verdadeira: um romance belo, profundo, verdadeiro, mas que se passe noutro país ou seja

escrito em português de Portugal, é automaticamente rejeitado para as trevas exteriores: não faz parte da “nossa” cultura” (Carvalho, 1997, p.183)

Portanto, sob essa perspectiva, muitas coisas de exímia qualidade (Do ponto de vista de Olavo) seriam ignoradas ou mesmo condenadas ao ostracismo, e trocadas por outras de menor qualidade em função de sua suposta brasilidade. Conseqüentemente, essa lógica traria a ideia de que o Brasil não poderia ser julgado por nenhum critério que a humanidade julgue correto, o que faria com que o país de fato fosse autêntico no quesito de valores. A crítica vem justamente sob essa autenticidade de valores, considerando que, em teoria, quase nenhum país (com a suposta exceção da Alemanha Hitlerista) renegou por completo de seu patrimônio cultural única e exclusivamente pela acusação desta ser composta por temas estrangeiros. Como já era de se esperar, existe também uma utilização política para essa visão de nacionalismo, exemplificado pelo autor com a alegação que a partir de uma suposta aliança do Partido Comunista com Getúlio Vargas, estar alheio a assuntos brasileiros significava o mesmo que ser reacionário.

Para concluir podemos dizer que para muito além da alcunha de “desequilibrado”, “reacionário” e “fascista” imposta a Olavo pelo senso comum – nomes os quais Plínio Salgado também fora chamado em diversas ocasiões – temos de fato um ideólogo dos movimentos de extrema-direita brasileiros que submergiram na última década. E isso é o suficiente para a ciência política ter de lhe dar sua devida importância, as (merecidas) críticas feitas ao sua pessoa no que tange seu estilo literário, sua obscenidade crônica e seu completo desprezo pelo rigor acadêmico, não o tornam menos relevante para ressurgimento de movimentos autoritários nosso país.

Para muitos a relação entre um movimento de quase cem anos atrás e um (autodenominado) filósofo que morrera recentemente pode parecer nebulosa, porém, Olavo apresenta uma série de semelhanças com as lideranças intelectuais integralistas descritas previamente. Para começarmos podemos dizer que assim como Plínio Salgado, ele próprio não trouxera muitas coisas novas em suas ideias mais extremistas, pelo contrário, ambos apenas trouxeram à tona muitos preconceitos e ideais já presentes tanto no imaginário popular quanto desses movimentos, como é o caso da paranoia excessiva a tudo que se assemelhe minimamente a uma ideologia marxista – o que em muitos nem isso chega a ser -, uma antimodernidade, soluções demasiadamente simples para problemas demasiadamente complexos, a crença em

teorias das conspirações baseadas em sociedades secretas e em marxistas infiltrados e principalmente no fato de equiparar em alguns casos o socialismo com o liberalismo econômico.

A visão de que o liberalismo e socialismo andariam juntos também se repete tanto nas obras de Olavo quanto no ideário integralista. Olavo, porém, vai consideravelmente mais além que isso, alegando que liberalismo e socialismo não apenas andariam juntos como teriam se mesclado a ponto de criar um Estado Liberal na economia e socialista em todo o resto (Carvalho, 1997). Esse novo Estado beneficiaria a vida dos capitalistas por não interferir nela, ao mesmo tempo que interfere no resto da sociedade.

Portanto, ainda que Olavo não possua de fato nenhuma ligação direta com o integralismo e seus autores, isso não o impede ser um repetidor de muitos argumentos, ideias e discursos que Plínio Salgado e muitos daqueles ao seu redor traziam. Fazendo com que o autor aqui tratado não seja um mero filósofo que devido ao puro acaso chegara ao estrelato da extrema-direita brasileira, tendo entre os seus vários alunos figuras importantes da política brasileira como Marcel Van Hattem, proeminente deputado pertencente ao Partido NOVO e Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores no Brasil, e chegando até mesmo ao ponto de ser considerado por muitos como o “guru” do ex-presidente da república Jair Bolsonaro.

4.3.2 Rodrigo Constantino

Rodrigo Constantino Alexandre dos Santos, nasceu em 4 de julho de 1976 no Rio de Janeiro. Filho de pais de classe média, cuja mãe era professora de biologia e o pai funcionário de uma corretora, que após uma crise na mesma tornara-se seu dono e esta eventualmente se transformara em um banco de investimento.

É um escritor, economista, comentarista, polemista, colunista, ideólogo da extrema-direita brasileira e um grande defensor do liberalismo econômico radical. Se formou em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1998 e é envolvido com diversos institutos liberais, sendo presidente do congresso deliberativo do Instituto Liberal e membro do Instituto Millenium.

Antes de submergir no mundo intelectual, ele trabalhara no mercado financeiro em grandes bancos de investimento, como o Modal e FonteCindam e posteriormente trabalharia na gestora de investimentos JGP, o qual um dos principais sócios seria o futuro Ministro da Economia de Bolsonaro: Paulo Guedes. Este, segundo sua autobiografia, viria a se tornar um grande amigo, sendo aquele que lhe apresentou autores liberais como Mises e Hayek. Logo, Constantino, diferentemente de muitos outros autores, tem uma longa trajetória no mundo empresarial e liberal, dois pontos constantemente defendidos em suas obras.

Durante um período fora entusiasta de Olavo de Carvalho, chegando a publicar textos em seu site Mídia Sem Máscara, chegando a colocá-lo entre um dos seus mentores em sua formação intelectual (Constantino, 2023). Após algumas desavenças em debates, o momento “olavete” do autor passara, porém, ainda que houvesse uma espécie de desentendimento público entre os dois autores, ambos não haviam de fato rompido. E seguindo o antigo “mentor”, Constantino também fugira para os Estados Unidos, durante um governo petista, com uma diferença de 10 anos entre suas fugas.

Fora colunista de diversos veículos de comunicação com grande relevância no cenário jornalístico brasileiro, podendo citar alguns exemplos: Veja, O Globo, IstoÉ, Jovem Pan e Revista Oeste. Sendo estes dois últimos de extrema importância no meio conservador em que o autor se encontra.

Nos últimos anos tornara-se um relevante defensor do governo de Jair Bolsonaro, em seu programa na rádio Jovem Pan. Rodeado por polêmicas que vão desde supostos incentivos a tentativas de golpe de Estado⁷, até mesmo à defesa nos atos do fatídico 8 de janeiro de 2023, talvez seja um tanto imprudente deliberar sobre sua biografia, visto que até a escritura deste trabalho, é o único dos intelectuais aqui descrito que continua em atividade.

4.3.2.1 Contra a Maré Vermelha – Um Liberal Sem Medo de Patrulha

O livro “Contra a Maré Vermelha” publicado em 2015, é formado por 80 artigos jornalísticos escritos para o jornal “O Globo” durante o período de 2009 a 2014. E por se tratar de uma série de artigos de assuntos distintos – mas que quase sempre se

⁷ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/08/interna_politica,1442165/constantino-apoia-atos-terroristas-segundo-guga-chacra.shtml

voltam para uma crítica à esquerda – que foram escritos e publicados durante um espaço relativamente grande de tempo, novamente para fins didáticos não seguiremos a ordem proposta pelo autor em seu texto.

Como uma parte considerável dos Liberais, Constantino concentra grande parte de suas críticas ao Estado, colocando-o que ele é o grande culpado por grande parte das crises econômicas atuais e que seu papel muitas vezes impediria a verdadeira liberdade do indivíduo – e conseqüentemente sua individualidade – a partir de suas constantes intromissões em sua vida, tratando-os como se fossem incapazes de tomar suas próprias decisões e de ter controle sobre sua própria vida, assumindo uma série de atitudes paternalistas. Sob essa ótica, o Estado, com seu paternalismo, protegeria o indivíduo de si mesmo e retiraria dele a responsabilidade de qualquer ato que venha a ser tanto danoso quanto benéfico para si próprio.

“O cidadão é tratado como um mentecapto, incapaz de tomar decisões acerca de seu destino. Cabe ao Estado escolher por todos: que leitura é adequada para nossos filhos; quais remédios nós podemos comprar; quanto de endividamento cada família pode ter; e até qual tipo de tomada devemos usar em casa!” (Constantino, 2015, p.89).

E para além dessa crítica, essa dependência em relação ao Estado não deixaria apenas o indivíduo sob a posição de “mentecapto incapaz de tomar decisões”, mas também o transformaria em uma criança preguiçosa e passiva que, após receber benefícios demais do Estado, teria se acostumado com sua vida fácil, não veria sentido em trabalhar, contando sempre com essa ajuda estatal. A partir desse argumento há uma série de desdobramentos, indo desde críticas ao programa Bolsa Família – que ele chama de “esmola estatal” – até as acusações de que os governos petistas estariam se utilizando desse programa para fazer “terrorismo” nos seus beneficiários, espalhando mentiras de que este seria descontinuado caso outro partido vencesse as eleições (Constantino,2015). Ainda que sejam acusações graves, o formato jornalístico de seus textos – completamente dissidente do formato acadêmico, que mesmo Olavo, com seu maior desprezo por este, ainda o seguia razoavelmente – o isenta de fornecer quaisquer provas ou citações que comprovem o que diz, caindo em uma retórica de acusações e soluções demasiadamente simples para problemas demasiadamente complexos.

Seus textos também não apontam apenas para os culpados, mas também para as supostas vítimas desse Estado “paquidérmico”: a classe média. Que seria a classe que pagaria a conta de todos os gastos estatais com programas sociais como Bolsa Família e os benefícios dados a grandes empresas nacionais – que em mais de uma ocasião ele chama de ineficientes – pelo BNDES. E não apenas pagaria impostos como seria injuriada pelos governantes, e teria de pagar tudo em dobro devido aos serviços públicos fornecidos pelo Estado, sendo obrigada a se refugiar nos serviços privados mais eficientes (Constantino, 2015). O conceito de classe média é polêmico e polissêmico, e o autor nota isso, e rapidamente dá sua definição de classe média ao criticar uma fala de Marilena Chauí:

“Chauí não dá nome aos bois, pois é mais fácil tripudiar de uma abstração de classe. Mas não nos enganemos: a classe média que ela odeia somos nós, aqueles que simplesmente pretendem trabalhar e melhorar de vida, ter mais conforto material, em vez de se engajar em luta ideológica em nome dos proletários, representados pelos ricos petistas.” (Constantino, 2015, p.211)

Não é apenas de críticas com gastos sociais que sua obra se trata, ainda que em grande parte do tempo o autor inconscientemente caia nisso, mas também sobre outros temas que tem assumido cada vez mais o debate social hoje, mesmo depois de quase dez anos desde sua publicação, como é o caso da quantidade de impostos pagos pelo contribuinte. Sua crítica principal aos impostos pode ser resumida em dois pontos: a sua constante – e muitas vezes equivocada – comparação aos Estados Unidos e a seguinte frase que Constantino repete várias vezes em textos distintos: “impostos escandinavos para serviços africanos”.

Começemos pelo primeiro ponto: sua visão de que os EUA seriam o modelo certo ao Brasil seguir já começa em sua crítica ao termo “contribuinte” que, segundo ele, é uma forma de “eufemismo ridículo” visto que os brasileiros sofreriam uma imposição para o pagamento de impostos e não seria algo voluntário como o termo “contribuinte” faz parecer, ainda segundo ele o termo “taxpayer” (algo como “pagador de impostos” em tradução livre) é muito mais honesto com os cidadãos. Constantino ainda vai mais adiante: os trabalhadores estadunidenses não têm de trabalhar até meados de maio para sustentar o seu governo, e os serviços recebidos por estes seriam de qualidade muito superior aos nossos.

Em seu segundo ponto, que se mescla diretamente com o argumento de que os serviços dos EUA são muito melhores que os nossos, ele traz a acusação de que o dinheiro dos contribuintes brasileiros iria para a

:

“farra das ONGs e dos sindicatos; invasores do MST; “mensalão” e demais formas abundantes de corrupção; esmolas para a compra de votos dos pobres; ministérios totalmente inúteis; regalias para marajás; pensões para ex-terroristas; subsídios do BNDES para os “amigos do rei” etc.”
(Constantino, 2015, p. 56)

Porém, ainda que estivesse em sua autoproclamada guerra em favor da liberdade, nem mesmo o autor poderia fugir de seu contexto. O antipetismo ainda que estivesse longe do apogeu, como ocorrera após o impeachment de Dilma, este já era uma força relativamente forte tanto no senso comum, quanto nas direitas. Logo, não é surpreendente que uma parte considerável dos textos tratados na obra, misturem forte rejeição do autor à intervenção estatal com o próprio governo petista. Para além das diversas acusações descritas acima, existem também constantes alegações de ataques a empresários, tentativas dos petistas de flertarem a governos considerados comunistas, como é o caso de Venezuela e Cuba – seus exemplos preferidos de ditaduras supostamente sanguinárias -, de destruição da economia a partir de constantes intervenções estatais e de apontamentos de casos de corrupção envolvendo o governo que são descritos a partir de retórica alarmista.

Mas começemos do começo, segundo o autor os governos petistas nivelariam todas as coisas por baixo, desvalorizando os melhores para valorizar os piores. Podemos dizer que isso é o que dá origem ao argumento de que os empresários no Brasil seriam vítimas de ataque e de preconceito por parte de grupos como os sindicalistas, que veriam “A função do empresário como algo sem valor, uma exploração” (Constantino, 2015, p.50). Para além disso, os ataques também viriam do Estado, vitimando os empresários com altos impostos, uma vastidão de encargos trabalhistas, longas demoras na justiça, insegurança e uma “burocracia asfixiante”.

Assim como Olavo, Constantino vê comunistas em todas as direções, seja na mídia que supostamente tem um viés de esquerda, seja nos artistas – nomeados por

ele próprio de Esquerda Caviar –, nas universidades que são dominadas por marxistas, e principalmente os governos petistas. Indivíduos como José Dirceu, que no período era um relevante político do Partido dos Trabalhadores, é acusado por ele de ser um comunista treinado em Cuba e que teria liderado o maior ataque à democracia da história brasileira (Constantino, 2015). Entretanto, ele não é o único atacado por esse argumento, mas também a então presidenta do Brasil também fora acusada de não apenas flertar com regimes autoritários no Foro de São Paulo:

“Até hoje há essa ligação umbilical entre PT e regimes antidemocráticos. Recentemente, estavam todos reunidos no abjeto Foro de São Paulo, e a presidente Dilma chegou a mandar uma mensagem aos participantes. Quem se aproxima tanto de Fidel e Raúl Castro não pode posar de amante da democracia.” (Constantino, 2015, p.223)

mas também de ser uma guerrilheira que lutara para o estabelecimento de um regime comunista no Brasil:

“Dilma foi guerrilheira e lutou para implantar no país um regime comunista. Com este “nobre” fim em mente, ela se alinhou aos piores grupos revolucionários, aderindo à máxima de que os fins justificam quaisquer meios. Colina e VAR-Palmares foram organizações que praticaram os piores tipos de atrocidades, incluindo assaltos, ataques terroristas e sequestro” (Constantino, 2015, p.66)

Em relação à economia, obviamente suas críticas vem muito de sua ideologia liberal radical em que quase qualquer atitude do Estado em relação à economia será vista como uma afronta à liberdade do indivíduo e que poderá causar severos danos futuramente. E não é em vão que Constantino coloca muitas dessas críticas sob os ombros dos governos petistas, que teriam transformado o BNDES em uma “Bolsa Empresa” a fim de subsidiar grandes empresas, o que teria tido como consequência o tesouro ter de emitir bilhões em dívida para ser capaz de assumir tal empréstimo.

Os gastos – não apenas os sociais – dos governos petistas também seriam parte do problema da economia, além da ausência de uma poupança, os governos gastariam cerca de 40% do PIB, sobrando pouco para realizar outros investimentos. Porém, o que aparenta ser uma contradição em sua própria ideia é rapidamente corrigida, o crescimento da economia no período não se daria por uma competência

exclusiva do PT, mas graças ao mercado internacional que estaria sendo puxado pelo crescimento da China e das taxas de juro baixas nos países centrais do capitalismo. Considerando que os governos não fizeram as reformas estruturais necessárias, o Brasil seria dependente mercado internacional.

Houvera diversos casos de corrupção durante os governos petistas, desde o mensalão até as descobertas da Lava Jato, e Constantino não deixa isso ocorrer impunemente. O “Mensalão” sob essa perspectiva não fora apenas um “mero” escândalo de corrupção rotineiro, mas sim uma tentativa do Partido dos Trabalhadores de comprar todo o congresso e concentrar o poder ao redor de si (Constantino, 2015). Não surpreendentemente, o autor considera esse ato isolado como algo muito além da corrupção, mas sim algo que se tratava de uma clara tentativa de inviabilizar nossa democracia, e que seria algo muito diferente de “meros” desvios de recursos e obras superfaturadas. E a evidência desta tentativa de controle estaria no fato de que muitos líderes do partido teriam em toda sua trajetória flertado com regimes autoritários como os de Cuba e Venezuela, conectando-se com suas acusações de que o PT estaria em uma vil tentativa de tentar aproximar seus governos a esses regimes.

Em direção à conclusão, chega-se em resultados que, ainda que aparentemente contraditórios, são complementares em muitos aspectos. Primeiramente, no que se refere ao conteúdo, os discursos de Rodrigo Constantino, culpando o Estado por todos os males do país, uma defesa radical do indivíduo e do livre mercado, seu desprezo pelos sindicatos e sua constante defesa do liberalismo econômico dificilmente poderiam ser indiciados como quem fora influenciado pelos discursos de Plínio e seus companheiros. Há uma clara exceção o que se refere aos regimes socialistas, visto que ambos possuem uma clara ojeriza por estes e concordam que tais regimes destruiriam o indivíduo, porém, essa defesa do indivíduo por parte dos integralistas como vista acima é o total oposto do que é apresentada pelo liberalismo.

Em ponto contrário, no que tange à sua retórica, podemos concluir que ela se assemelha consideravelmente com a retórica dada pelos integralistas, ainda que esta retórica aponte paradoxalmente para um lado oposto. Como dito poucas linhas acima, tanto os integralistas quanto Constantino possuíam um profundo asco por qualquer coisa que se assemelhe minimamente com um regime socialista ou comunista. Suas

soluções, ainda que embrulhadas em embalagens brilhosas e complexas, eram demasiadamente simples para os complexos problemas pelos quais seus respectivos períodos passavam. Para a AIB bastaria impor o Estado Integralista para que tudo começasse a caminhar para a direção correta, já para Constantino bastaria que o Estado fosse escanteado para que a iniciativa privada pudesse resolver tudo. Portanto, seus jargões e filosofias, tanto do liberalismo quanto de autores fascistas, significam menos que sua retórica entusiasmada e simplificada diante dos problemas da sociedade.

5 Conclusão

Este trabalho não pretende de forma alguma findar definitivamente os estudos sobre os movimentos e os intelectuais previamente discutidos. Haveria uma escassez de tempo e de bibliografia para se realizar destemida empreitada. Entretanto, pode-se concluir nestas poucas páginas escritas, é que todos se encontravam em posições estratégicas – considerando as características próprias de suas próprias épocas – da sociedade a fim de imporem suas ideias. Para fins de facilitação de entendimento, discutiremos as conclusões em relação aos movimentos separadamente para posteriormente entendermos o que estes intelectuais têm em comum e de discrepante.

Atualmente, talvez Plínio Salgado seja pouco conhecido pela população em larga escala, e aqueles que o conhecem em sua grande maioria o consideram mais como uma caricatura do que como um líder propriamente dito, um aspirante a Hitler ou Mussolini que jamais chegara a assumir a tal almejada posição oficial de Chefe Nacional, visto que fora subjugado por outro líder autoritário (e que alguns argumentam ser outro líder fascista) presente na figura de Getúlio Vargas. Mas ignorando o senso comum, não se pode negar o papel que ele representara na curta vida - ao menos oficial, uma vez que o movimento continua presente até os dias de hoje, com sites, manifestações e até mesmo uma nova abordagem com o chamado Neointegralismo do movimento. Ele não apenas era o rosto do movimento, afinal, muitos integralistas até hoje o veneram como uma espécie de Führer, como também fora capaz de mobilizar, segundo dados, um milhão de membros para o seu movimento. Além é de ser um escritor razoavelmente reconhecido no período e

mentor filosófico do movimento, ainda que sua filosofia seja pouco lembrada atualmente e seus devaneios místicos sobre quatro humanidades e de um suposto destino superior da América Latina, tenha sido quase completamente esquecido. Mesmo considerando que ele possuísse um carisma e uma capacidade de mobilização relativamente impressionante, isso pouco significou diante da derrota que o movimento sofreu nas mãos de Vargas após a vexaminosa Intentona Integralista de 1938 que acabara derrotada e a mera possibilidade de existência do tão sonhado Estado Integral que seria o Estado da quarta humanidade desapareceu ao mesmo tempo que a AIB foi colocada na ilegalidade.

Se Plínio Salgado tinha uma frágil conexão com a classe intelectual do período, Gustavo Barroso era o elo que o Integralismo precisava para fincar suas raízes nesta, advindo de um clã em decomposição, Gustavo Barroso teve as conexões políticas necessárias para ser eleito deputado e ser colocado como responsável pela criação do Museu Histórico Nacional. Além de ter sido um romancista, folclorista, advogado e ter conseguido uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, chegando a assumir sua liderança em alguns momentos. Sua carreira literária, antes, durante e depois de sua presença dentro da Ação Integralista Brasileira, era extensa e foi nela que ele se focou após o movimento ter sido colocado na ilegalidade por Vargas. Porém, ainda que a presença de elites culturais fosse algo fundamental na ideologia do movimento, o fato de Gustavo Barroso servir de elo entre este e a classe intelectual, não significou uma tomada da classe intelectual por parte da ideologia integralista. Esse elo, assim como Plínio Salgado (e o próprio movimento) não teve a força, a desenvoltura ou as conexões políticas necessárias para serem levadas adiante. Considerando que Pedro Dória (2020) estiver certo, e tivesse acontecido de fato uma disputa de forças entre Plínio Salgado e Getúlio Vargas, a vitória incontestável do segundo nos permite especular que as elites políticas, econômicas e intelectuais/culturais, preferiram ele ao invés dos camisas verdes. Miguel Reale, diferentemente de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, era o mais realista (na ausência de um termo melhor) dentre as três lideranças do movimento. Em seus escritos focara-se em construir o Estado Integral ao invés de debater quais seriam os destinos da humanidade, conspirações judaicas internacionais, se o Estado Integral seria o Estado da Nova Humanidade ou se a América Latina se tornaria a “Nova Atlântida”. E de maneira semelhante a Gustavo Barroso, a sua posição dentro do círculo jurídico pouco importou na difusão do

movimento dentro deste, ainda que a AIB tivesse membros dentro de diversos grupos da sociedade e nós não podemos descartar o grupo jurídico. E novamente, assim como Gustavo Barroso tornou-se um membro notável da sociedade brasileira – principalmente dentro do campo do direito – após a derrocada do movimento, se tornando professor universitário e posteriormente reitor da Universidade de São Paulo em algumas ocasiões. Não podemos saber se ele permaneceu como o grande admirador de Mussolini que era em seus anos de AIB, mas se o fez não demonstrou esse lado (ao menos não explicitamente) até o fim da sua vida, ainda que tenha sido um dos responsáveis por ajudar a consolidar a ditadura militar ao participar do grupo que redigiu a Emenda Constitucional n.º 1 de 1969.

Desta forma, é necessário ressaltar que a presença destes intelectuais dentro dessas posições estratégicas (e elitizadas) da sociedade brasileira do período não fora mera coincidência ou ocasionadas pelo acaso. Como dito anteriormente, tanto Plínio Salgado quanto Gustavo Barroso tinham conexões políticas anteriores ao movimento, com o primeiro sendo filho de um coronel e o segundo advindo de um clã que fora relevante no período do Império, mas que no período de seu nascimento já se encontrava enfraquecido. Miguel Reale, por outro lado, era um caso a parte, visto que sendo neto de imigrantes italianos, e filho de um médico, não possuía vínculos políticos anteriores, tendo sua vida política começado na faculdade durante a Revolução de 1932. Portanto, a maior parte das principais lideranças do movimento advinham de um sistema que anteriormente os havia beneficiado direta ou indiretamente, mas que agora se encontrava em decomposição, havendo conseqüentemente um desbalanço do caráter revolucionário do movimento diante de seu conservadorismo.

Resumidamente pode-se dizer que para o cumprimento de seus fins próprios, o integralismo possuía representantes em posições estratégicas na sociedade do período, sendo estes: a presença de um líder carismático que era capaz de não apenas atingir as grandes massas como também membros do governo do período; um representante dentro dos círculos intelectuais e um presente nos círculos jurídicos.

Olavo de Carvalho, mesmo não tendo se envolvido diretamente com a política como Plínio Salgado fizera, não deixou de exercer algumas posições semelhantes ao aspirante a Líder Nacional. Sendo não apenas um mentor intelectual de muitos

movimentos de extrema-direita – e de seu próprio movimento também, como Michele Prado (2021) destaca, houvera de fato um movimento “Olavista” no Brasil –; mas também um membro respeito do movimento conservador do país, sendo capaz de (razoavelmente) tanto conquistar as massas com sua retórica alarmada, rebuscada e, ao mesmo tempo, simplista, quanto a figuras proeminentes do governo de seu período, como Marcel Van Hattem (Deputado), Ernesto Araújo (Ex-Ministro das Relações Exteriores) e Jair Bolsonaro (Ex-Presidente). Assim como Gustavo Barroso possuía uma relação com os intelectuais, entretanto, em seu caso, os intelectuais não eram os intelectuais do país, mas os da extrema-direita, como Teitelbaum (2021) demonstra ao mostrar suas relações com Steve Bannon e Alexandre Dugin. Porém, diferentemente de Plínio Salgado, cujas obras e filosofia estão quase completamente esquecidas pelo grande público, muitos argumentos de Olavo de Carvalho continuam presentes em diversos políticos e movimentos, principalmente no que se refere à sua paranoia com um suposto gramscismo/marxismo cultural que faria com que houvesse comunistas infiltrados em todas as esferas da vida pública, principalmente nas universidades e na intelectualidade nacional. Olavo de Carvalho, portanto, simplificaria muitos dos problemas do país a partir de uma retórica do medo, em que haveria inimigos em todos os lugares, seja pelo marxismo cultural, seja pela *Intelligentzia*, que seria uma espécie de elite secreta e global formada por intelectuais.

Se Olavo de Carvalho falava o mesmo idioma da intelectualidade da extrema-direita, Rodrigo Constantino falava o idioma do mercado, algo que é de primazia importância para a Nova Direita. Em sua defesa do livre mercado, Constantino age com uma espécie de defesa paternal diante dos empresários e da classe média, colocando que estes são humilhados e constantemente sabotados pelo Estado, que os obrigaria a pagar altos impostos a fim de sustentar os cada vez maiores gastos públicos que seriam constantemente desviados para a corrupção e para financiar terroristas e invasores de terras. E o grande culpado de todos esses males, seriam os Governos Petistas, que sob sua ineficiência e corrupção teria dilacerado a sociedade com suas “esmolas estatais”, seus escândalos de corrupção e suas constantes aproximações com ditaduras socialistas – Cuba e Venezuela são seus exemplos preferidos – além dos membros do partido terem pouca ou nenhuma afeição com o regime democrático. Assim como Olavo de Carvalho, ele via comunistas em quase todos os lugares, desde a grande mídia até os grandes artistas que se posicionassem

de esquerda, portanto, para além do Estado ele também via o espantinho do Marxismo Cultural como grande culpado por todos os males do país.

Quando analisadas apenas as características isoladas destes intelectuais, eles pouco parecem ter em comum. Os integralistas pretendiam impor um Estado que tutelasse a liberdade das pessoas, com alguns deles até mesmo enxergando sob um plano místico de que o Estado proposto seria o Estado típico do futuro que estava por vir. Além de suas severas críticas ao liberalismo econômico, que eles acusavam de ser o irmão gêmeo do marxismo, com ambos sendo a ditadura de uma classe sobre a outra, e que em última instância seriam ambos advindos da burguesia. Enquanto a Nova Direita é uma grande defensora do livre mercado, chegando a embarcar em suas fileiras até mesmos entusiastas do libertarianismo, e apontando o Estado – e os comunistas infiltrados nele – como o maior culpado de todas as mazelas que já ocorreram na história do país.

Enquanto a Nova Direita possui uma clara idealização dos Estados Unidos, com Rodrigo Constantino o utilizando como o melhor exemplo a ser seguido pelo Brasil e com Olavo de Carvalho argumentando constantemente de que quase toda a intelectualidade brasileira teria comunistas infiltrados e que a cultura brasileira teria dado ao mundo nada ou quase nada, tendo poucos autores de boa qualidade como Machado de Assis, Bruno Tolentino e Miguel Reale. Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, não apenas idealizavam a cultura nacional – com Plínio Salgado tendo grandes devaneios místicos com o seu futuro diante da Quarta Humanidade – como eram eles próprios escritores e produtores da cultura nacional.

O único elo aparente, que ambos os grupos de intelectuais possuem, é a sua ojeriza pelo socialismo/marxismo, com ambos concordando que este seria um meio de escravização do indivíduo, com uma destruição de sua individualidade e uma geração de uma mediocridade destes. Porém, mesmo em sua visão de indivíduo há uma discordância severa.

Entretanto, as semelhanças começam a aparecer quando analisamos a retórica de ambos os movimentos. Tanto os Integralistas quanto a Nova Direita no que tange a política – com exceção de alguns pontos peculiares a cada um – trouxeram pouco ineditismo, pelo contrário, apenas se aproveitaram de velhos ideais, preconceitos e medos já presentes no senso comum da população e de seus movimentos, sendo

estes: a paranoia com relação a tudo que se assemelhe minimamente ao marxismo; o reacionarismo; a criação de um inimigo em comum, antimodernidade, crenças em teorias conspiratórias e soluções simples para problemas estruturais e complexos.

Ambos os movimentos surgem em momentos de ruptura política, social e econômica. Os camisas verdes surgem em um cenário em que o Brasil passava pelas consequências da Quebra da Bolsa em 29, um questionamento do sistema de oligarquias vigentes e uma efervescência política causada pelas revoluções de 1930 e 1932. Enquanto a Nova Direita surge em momentos de questionamento político que surge nas Jornadas de Junho de 2013, que se transforma em um sentimento antipolítico após a revelação de diversos escândalos de corrupção pela operação Lava Jato e também uma efervescência política causada por um polêmico impeachment da então presidente Dilma Rousseff e pela prisão do candidato presidencial preferido nas pesquisas Lula da Silva.

Se a antimodernidade e a sua necessidade de achar soluções simples para problemas complicados advém da incapacidade desses autores de entenderem as mudanças cada vez mais complexas ao mundo ao seu redor, não nos cabe julgar. Entretanto, o que se pode dizer é que Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, semelhantemente com Gustavo Barroso e Plínio Salgado, ainda que pareçam demasiadamente sofisticados, em muitos casos estão trazendo ideias demasiadamente simples. Se Plínio Salgado Pregava em suas leituras que a agricultura voltaria a florescer (Salgado, 1934) por se tratar de um mundo que ele já conhecia bem devido à sua origem em uma pequena cidade agrária do interior do estado de São Paulo, Gustavo Barroso trazia a ideia de que haveria uma conspiração do capital internacional junto de grupos Judaicos, Olavo de Carvalho trazia a ideia de que tudo que estava errado no País era devido ao gramscismo cultural, à *Intelligentzia* e aos intelectuais – que eram todos marxistas obviamente – e que não souberam lidar com a cultura nacional após a queda do marxismo.

Concluindo, ambos os movimentos acabam indo na mesma direção da “solução mágica”, ainda que ambos encontrem caminhos opostos, que resolveria todos os problemas do país. Os integralistas, como citado um número considerável de vezes aqui, possuíam uma forte devoção à ideia de que a imposição do Estado Integral seria a solução para o Brasil, chegando muitas vezes a mistificarem o Estado e confundi-lo

com a própria nação. A Nova Direita, traz o mesmo raciocínio, mas o impõe ao mercado, colocando-o como o grande “resolvedor” de todos os problemas econômicos e sociais do país.

Referências

ANDRADA, Leonardo Silva. **Direita, Esquerda, Nova Direita e o Neofascismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.13 | N.25, pp 01-22, 2022.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Uma análise da obra integralista de Miguel Reale**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988

ARCARY, Valerio. As Jornadas de Junho de 2013: balanço e perspectivas. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 357-375, jul. 2014.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da Ação Integralista brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da Ffc**, Marília, v. 6, n. 1/2/3, p. 67-81, 2006

BARREIRA, Irllys Alencar F.. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 145-164, jun. 2014

BARROSO, Gustavo. **O Estado Corporativo**. 1935. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos-historicos/> Acesso em: 15 jan. 2023

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo em Marcha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936

BARROSO, Gustavo. **O que é Integralismo**. 1935. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/o-que-e-o-integralismo/>. Acesso em: 23 dez. 2022

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 269-286, 2013

BONNA, Thiago. Constantino apoia atos terroristas, segundo Guga Chacra. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 8 jan. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/08/interna_politica,1442165/constantino-apoia-atos-terroristas-segundo-guga-chacra.shtml. Acesso em: 2 nov. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politéia, 2019

CABRAL, Gustavo César Machado. A política no jovem Miguel Reale, o teórico do integralismo. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, n. 3, p. 85-108, jul. 2014

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. **Tempo Presente**, Sergipe, n. 14, p. 44-56, out. 2013.

CALIL, Gilberto. Embates e Disputas em Torno das jornadas de Junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 64–82, 2021. DOI: CARVALHO, Olavo de. **O Imbecil Coletivo**: atualidades inculturais brasileiras. São Paulo: E Realizações, 1997

CAZETTA, Felipe Azevedo. **Fascismos(?)**: análises do integralismo lusitano e da ação integralista brasileira (1914-1937). Jundiaí: Paco Editorial, 2019

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, 2 set 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A noVa direita Brasileira: ideias, retórica e prática política. **Inteligência - Insight**, [s. l.], n. 72, p. 25-41, mar. 2016. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COSTA FILHO, Cícero João da. 'Raízes raciais' do Projeto integralista (nacional) de Gustavo Barroso: o preconceito, a intolerância e o racismo para com a figura do judeu no brasil da década 1930. **Caminhos da História**, Montes Claros, p. 99-120, 19 maio 2020.

COSTA FILHO, Cícero João da. INTEGRALISMO 'RACIAL': a figura do judeu no projeto nacional brasileiro de Gustavo barroso. **Espacialidades**, Natal, v. 16, n. 1, p. 127-154, jan. 2020.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Autobiografia de Um Guerreiro da Liberdade**. São Paulo: LVM Editora, 2023

CONSTANTINO, Rodrigo. **Contra a Maré Vermelha**: um liberal sem medo de censura. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggio. **DISPUTANDO HEGEMONIA NO ENSINO SUPERIOR E NA UNIVERSIDADE**: a atuação das think tanks liberais brasileiras no âmbito da educação superior e da academia. 2021. 398 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio**. 2004. 302 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o Führer Brasileiro: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. 2014. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DE MATTOS E SILVA, I. H. . Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.67892. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/67892>. Acesso em: 2 dez. 2023.

DIRETRIZES Integralistas. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/diretrizes-integralistas/> Acesso em: 23 dez. 2022.

DORIA, Pedro. **Fascismo à Brasileira**: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020

DOCTRINA: Introdução. Disponível em: <https://integralismo.org.br/doutrina-introducao/#> Acesso em: 23 dez. 2022

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 118, p. 265-293, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282014000200004>.

ESTADO, Agência. Bolsonaro: "Peço a Deus que brasileiros não experimentem dores do comunismo". **Correio Braziliense**. Brasília, p. 0-0. jul. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022694-bolsonaro-peco-a-deus-que-brasileiros-nao-experimentem-dores-do-comunismo.html>. Acesso em: 22 dez. 2023

FREITAS, Marcos Cezar de. **Integralismo**: fascismo caboclo. São Paulo: Ícone Editora, 1998

FAUSTO, Boris (org.). A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 227-255

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O Ódio Como Política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018

GIELLOW, Igor. Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera. **Folha de São Paulo**. São Paulo. ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira; AMANCIO, Vanessa Aparecida Lobo. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 169-185, 2010

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O Fascismo em Camisas Verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2020

GONÇALVES, Vinícius Batista; ANDRADE, Daniela Meirelles. A corrupção na perspectiva durkheimiana: um estudo de caso da operação lava jato. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 53, n. 2, p. 271-290, abr. 2019

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais. o princípio educativo. jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GUÉRON, Rodrigo. **A Vingança dos Capatazes**: o bolsonarismo como fascismo. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2022.

JUNIOR, Goffredo Telles; SALGADO, Plínio. Carta de Princípios. Integralismo.org.br. 2023. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/carta-de-principios/>
Acesso em: 23 de dez. 2022

KERCHE, Fábio. MINISTÉRIO PÚBLICO, LAVA JATO E MÃOS LIMPAS: uma abordagem institucional. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 105, p. 255-286, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-255286/105>

KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João (org.). **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, [S.L.], n. 73, p. 25-39, mar. 2022. Instituto Portugues de Relacoes Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. <http://dx.doi.org/10.23906/ri2022.73a03>

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 87-117, dez. 2014.

MIRANDA, Beatriz Castro. A conspiração como pilar político das novas direitas: reflexões sobre o bolsolavismo. **Revista de História da Ueg**, Morrinhos, v. 10, n. 2, p. 1-22, jun. 2021.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. VERONEZ, Élber Antonielle Donizete. Impeachment: entre o direito e a política. Uma análise do caso de Dilma Rousseff. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 25, n. 41, p. 97, jan./jun. 2021.

Oliveira, T. B. de. (2017). O GOLPE DE 2016: BREVE ENSAIO DE HISTÓRIA IMEDIATA SOBRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO. *Historiæ*, 7(2), 191–232. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6726>

OLIVEIRA, André Silva de; LEITE, Breno Rodrigo de Messias; MARQUES, Rodolfo Silva. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias

sociais. **Em Tese**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 245-269, 29 set. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806.5023.2021.e78974>.

PAVANELLI, Aline; JUSTI, Adriana; HISING, Ederson. Lula é condenado a 12 anos e 11 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro em ação da Lava Jato sobre sítio de Atibaia. **G1**. Curitiba. 6 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/02/06/lula-e-condenado-em-acao-da-lava-jato-sobre-sitio-de-atibaia.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PETRARCA, Fernanda. Uma janela no tempo: a ascensão do bolsonarismo no brasil. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 38, p. 339-371, 1 jan. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.). **Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019

PRADO, Michele. **Tempestade Ideológica: bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no brasil**. São Paulo: Lux, 2021

PINHO, Rodrigo. O pensamento integralista de Miguel Reale. **Verinotio – Revista On-Line de Filosofia e Ciências Humanas**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 331-363, 27 nov. 2019

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de plínio salgado e miguel reale (1932-1937)**. 2008. 270 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus**, Niterói, v. 2, n. 7, p. 1-22, 2008.

REALE, Miguel. Cartilha do Integralismo Brasileiro. Integralismo.org.br. 2023. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/cartilha-do-integralismo-brasileiro/> Acesso em: 23 de dezembro de 2022

REALE, Miguel. **O Corporativismo Integralista**. 1935. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/o-corporativismo-integralista/> Acesso em: 15 jan. 2023.

REALE, Miguel. **O Integralismo e os Judeus**. 1934. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/o-integralismo-e-os-judeus/>. Acesso em: 15 jan. 2023

REALE, Miguel. **O Estado Moderno: liberalismo - fascismo - integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934

REIS, Claudio. O Intelectual Orgânico. **Revista de Educação Encontros Com A Filosofia**, Niterói, n. 12, p. 76-95, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44509>. Acesso em: 5 dez. 2023

Rio de Janeiro. **Memórias de um chefe da milícia verde: A trajetória de Gustavo Barroso e o integralismo**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2012

ROCHA, Camila. “**Menos marx, mais Mises**”:: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. São Paulo: José Olympio, 1934

SALGADO, Plínio. A Missão da Imprensa. Integralismo.org.br. 2023. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/a-missao-da-imprensa/> Acesso em: 15 de janeiro de 2023

SALGADO, Plínio. Bases do Integralismo Brasileiro. Integralismo.org.br. 2023. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/bases-do-integralismo-brasileiro/> Acesso em: 20 de dezembro de 2022

SALGADO, Plínio. **Estado Totalitário e Estado Integral**. 1936. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/estado-totalitario-e-estado-integral/> Acesso em: 23 dez. 2022

SALGADO, Plínio. **Manifesto de 7 de Outubro de 1932**. 1932. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/> Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, V. Prolegômenos para o estudo da extrema direita brasileira: nova direita e neofascismo. **REPOSITÓRIO DE ANAIS DA ANPUH-GO**, [S. l.], p. 586/600, 2022. Disponível em: <https://anpuhgoias.com.br/periodicos/index.php/caliandra/article/view/68>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e; MICK, Jacques; CARLO, Josnei di. Nova direita no Brasil: matrizes teóricas, intelectuais e discursivas. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 10-20, 29 set. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e83850>.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra Pela Eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. O ocidentalismo fantástico do chanceler: uma análise indiciária das influências no pensamento globalista de Ernesto Araújo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 87-118, 29 set. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e77876>.

UOL. Terroristas bolsonaristas invadem e depredam Congresso, Planalto e STF. **Uol**. Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo. 8 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-politica.htm>. Acesso em: 4 nov. 2023

VENAGLIA, Guilherme. Moro recebe de Doria prêmio de 'Pessoa do Ano' em NY. **Veja**, São Paulo, maio 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/moro-recebe-de-doria-premio-de-pessoa-do-ano-em-ny> . Acesso em: 02 nov. 2023

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo barroso: o antissemitismo na ação integralista brasileira (1932-1937)**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.